



UNIVERSIDADE DO MINHO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS E EMPRESARIAIS

CURSO DE LICENCIATURA EM ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DE EMPRESAS

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
ANO LETIVO 2017/2018 – 4º ANO

**O IMPACTO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO CAMBIAL ENTRE CABO VERDE E PORTUGAL
NA ECONOMIA CABO-VERDIANA**

Autor: Nuno Alexandre Gomes Lopes da Graça, N.º 3172

Orientador: Doutor José Augusto Lopes da Veiga

Mindelo, 2018

UNIVERSIDADE DO MINDELO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS E EMPRESARIAIS

CURSO DE LICENCIATURA EM
ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DE EMPRESAS

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
ANO LETIVO 2017 / 2018

O IMPACTO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO CAMBIAL ENTRE
CABO VERDE E PORTUGAL NA ECONOMIA CABO-VERDIANA

Trabalho académico elaborado no âmbito do cumprimento dos requisitos necessários a obtenção do grau de Licenciado em Organização e Gestão de Empresas, lecionada na Universidade do Mindelo.

Autor: Nuno Alexandre Gomes Lopes da Graça

Orientador: Professor Doutor José Augusto Lopes da Veiga

Mindelo, 2018

DEDICATORIA

Especialmente dedicado à meu pai, que esteve sempre presente para guiar-me durante todo o meu percurso académico com um apoio incondicional.

Muito obrigado pelo tempo que me dispensa, pelos ensinamentos que me tem transmitido e que ainda continua a transmitir.

AGRADECIMENTO

A esta universidade, seu corpo docente, direção e administração que abriram a porta para que hoje possa vislumbro um horizonte superior, repleto de confiança no mérito e ética aqui presentes.

Aos meus pais, pelo amor, incentivo e apoio incondicional, mesmo nos momentos mais difíceis.

A Cláudia Silva, pelo apoio incansável durante o período de elaboração do TCC e a todos que de forma direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigado.

A todos os que direta ou indiretamente contribuíram para a realização deste estudo.

A todos Muito Obrigado.

EPÍGRAFE

“Economia, ética e democracia são três conceitos que deveriam ser indissociáveis para que a ciência económica se justifique e a sociedade progrida”.
(Adelino Torres)

*“Regra número 1: nunca perca dinheiro.
Regra número 2: não se esqueça da regra número 1.”*
(Warren Buffett)

RESUMO

Com o presente trabalho científico, elaborado no âmbito da conclusão do Curso de Licenciatura em Organização e Gestão de Empresas, pretendeu-se analisar o impacto do Acordo de Cooperação Cambial entre Portugal e Cabo Verde na economia cabo-verdiana. Trata-se de um estudo eminentemente monográfico em que se seguiu os princípios de uma pesquisa descritiva. Para a sua realização baseou-se, essencialmente, na análise de documentos e estudos produzidos sobre o assunto em causa. Adicionalmente, como forma de reforçar as conclusões do estudo, realizou-se um pequeno estudo quantitativo e empírico, em que se aplicou um questionário à uma amostra constituída por 10 pessoas, nomeadamente docentes e especialistas da área. De um modo geral, pode-se afirmar que, a implementação do referido acordo foi uma grande iniciativa pois, sendo Cabo Verde detentor de uma economia pequena, aberta e extremamente dependente do exterior, precisava inserir-se em espaços económicos dinâmicos, como por exemplo a Zona Euro e, para isso, houve a necessidade de introduzir algum fator de credibilidade e confiança na sua economia. Assim, tendo em conta que credibilizar a moeda cabo-verdiana poderia ser uma via para se alcançar tal feito, a 13 de março de 1998, Cabo Verde assinou um acordo com Portugal que proclama o estabelecimento de uma paridade fixa entre as moedas dos referidos países. Os dados do estudo, nomeadamente dos indicadores macroeconómicos abordados, ressaltam o impacto positivo do acordo em termos de reservas cambiais, disciplina orçamental e estabilidade sociopolítica. Não obstante o crescimento da economia, o estudo veio a demonstrar, ainda, a sua vulnerabilidade pois, sendo uma pequena economia aberta, continua exposta aos choques externos. Portanto, a eliminação da pobreza, a reconstrução de reservas orçamentais, a adoção de melhorias no turismo e criação de mercados de trabalho mais flexíveis deverão ser vistos como medidas prioritárias no que toca o crescimento e desenvolvimento de Cabo Verde.

Palavras-chave: Cabo Verde, economia, euro, acordo de cooperação cambial

ABSTRACT

With the present scientific work, elaborated in the scope of the conclusion of the Course of Degree in Organization and Management of Companies, it was intended to analyze the impact of the Cooperation Agreement between Portugal and Cape Verde in the Cape Verdean economy. It is an eminently monographic study in which the principles of a descriptive research were followed. For its accomplishment was based, essentially, in the analysis of documents and studies produced on the subject in question. In addition, as a way of reinforcing the conclusions of the study, a small quantitative and empirical study was carried out, in which a questionnaire was applied to a sample of 10 people, namely teachers and specialists in the area. In general terms, it can be said that the implementation of this agreement was a great initiative, since Cape Verde, having a small, open and extremely dependent economy, needed to enter into dynamic economic spaces, for example the Euro Zone and, for this, there was a need to introduce some factor of credibility and confidence in its economy. Given that credibility of the Cape Verdean currency could be a way to achieve this, on March 13, 1998, Cape Verde signed an agreement with Portugal that proclaims the establishment of a fixed parity between the currencies of those countries. The study data, including macroeconomic indicators, highlight the positive impact of the agreement in terms of exchange reserves, budgetary discipline and socio-political stability. Notwithstanding the growth of the economy, the study also demonstrated its vulnerability because, being a small open economy, it remains exposed to external shocks. Eliminating poverty, rebuilding budget reserves, improving tourism and creating more flexible labor markets should therefore be seen as priority measures for the growth and development of Cape Verde

Keywords: Cape Verde, economy, euro, currency cooperation agreement

Índice

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	5
1.1 Sistema Monetário Internacional - Breve abordagem histórica	5
1.2 Cabo Verde: A Emigração e suas Remessas	9
1.3 Relação do escudo de Cabo Verde com as moedas europeias até entrada do Euro – Uma perspetiva histórica.....	11
CAPÍTULO II: ACORDO DE COOPERAÇÃO CAMBIAL	13
2.1 Generalidades	13
2.2 Acordo de Cooperação Cambial Assinado Entre Cabo Verde e Portugal	14
2.3 Tratado de Maastricht	16
CAPÍTULO III: METODOLOGIA	19
3.1 Variáveis do Estudo.....	19
3.2 Fonte de Dados.....	20
3.3 Desenvolvimento do Estudo	21
CAPÍTULO IV: ABORDAGEM TEÓRICA DOS INDICADORES MACROECONÓMICOS	22
4.1 Enquadramento Teórico	22
4.2 Produto Interno Bruto – PIB.....	23
4.3 Investimento Direto Estrangeiro – IDE.....	25
4.4 Dívida Pública	28
4.5 Balança de Pagamentos.....	31
CAPÍTULO V: CARACTERIZAÇÃO DA ECONOMIA DE CABO VERDE COM BASE NOS INDICADORES MACROECONÓMICOS	34
5.1 Caracterização da Economia de Cabo Verde	34
5.2.2 IDE em Cabo Verde	42
5.2.3 Dívida Pública de Cabo Verde	46
5.2.4 Balança de Pagamentos de Cabo Verde	49
CAPÍTULO VI – ANÁLISE COMPARATIVA DOS DADOS.....	51
6.1 Análise Descritiva da Amostra	51
6.2 Análise dos Dados	51
6.2.1 PIB	51
6.2.2 IDE	52
6.2.4 Balança de Pagamentos.....	52
6.2.5 Remessas dos Emigrantes	52

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	53
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	56
ANEXOS	60
APÊNDICE	62

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Câmbio de moedas dos países da zona euro.....	15
Tabela 2 - Critérios de convergência de Maastricht	18
Tabela 3 - Resultados da entrevista aos especialistas em macroeconomia	20
Tabela 4 - Estrutura simplificada de uma Balança de Pagamentos	32
Tabela 5 - Evolução da dívida pública	46
Tabela 6 - Estatísticas descritivas das variáveis do estudo, no período 1988-2016 (€)	51

Índice de Gráficos

Gráfico 1 - Remessas, IDE e Transferências Oficiais de CV (USD)	11
Gráfico 2 - Evolução média do PIB nas séries estipuladas	36
Gráfico 3 - Evolução da taxa de crescimento do PIB real de Cabo Verde.....	37
Gráfico 4 - Evolução média do PIB per capita nas séries estipuladas.....	38
Gráfico 5 - Evolução média do IDE nas séries estipuladas.....	43
Gráfico 6 - Evolução histórica da Taxa de Câmbio Nominal USD/ECV	47
Gráfico 7 - Dívida Pública % PIB	48
Gráfico 8 - Evolução média da Balança Comercial nas séries estipuladas	49

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACC	Acordo de Cooperação Cambial
BCV	Banco de Cabo Verde
BP	Balança de Pagamentos
BPM	<i>Balance of Payments Manual</i>
BT	Bilhete de Tesouro
CCITPC	Câmara do Comércio, Indústria e Turismo Portugal Cabo Verde
CEE	Comunidade Económica Europeia
CV	Cabo Verde
CVE	Escudo Cabo-verdiano
DP	Dívida Pública
DTIS	<i>Diagnostic Trade Integration Study</i>
EUA	Estados Unidos da América
EUR	Euro
FMI	Fundo Monetário Internacional
IDE	Investimento Direto Estrangeiro
INE	Instituto Nacional de Estatística
IVA	Imposto sobre Valor Acrescentado
JAI	Justiça e Assuntos Internos
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
OT	Obrigações de Tesouro
PESC	Política Externa e de Segurança Comum
PIB	Produto Interno Bruto
PTE	Escudos Português
PVD	Países em Vias de Desenvolvimento
SEE	Setor Empresarial do Estado
SMI	Sistema Monetário Internacional
UE	União Europeia
UNCTAD	United Nations Conference of Trade and Development
VAB	Valor Acrescentado Bruto

INTRODUÇÃO

1. Contextualização

Cabo Verde é um pequeno Estado insular, constituído por dez ilhas e cinco ilhéus, situado no Oceano Atlântico Norte à 455 Km da costa ocidental africana, na direção do cabo do mesmo nome, no Senegal, ao largo de Dakar. O país possui uma área territorial de 4.033 Km², sendo as ilhas os únicos pontos emersos em uma superfície de 15 milhões de Km² de oceano. Segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE, 2017), Cabo Verde possuía em 2016 uma população de 531.239 habitantes.

Cabo Verde tornou-se independente de Portugal a 5 de julho de 1975 e, durante 15 anos, adotou um modelo económico centralizado. A partir de 1991 iniciou um percurso de economia de mercado, tendo levado a cabo profundas reformas económicas, de entre as quais se destaca a reforma do sistema financeiro e cambial numa nova visão estratégica de enquadramento da economia cabo-verdiana na economia global (Nascimento, 2008).

Para o efeito, Cabo Verde, enquanto país portador de uma pequena economia, precisava estar inserido em espaços económicos dinâmicos e, para isso, tinha de introduzir algum fator estruturante de credibilidade e confiança na sua economia. Sendo a moeda um dos elementos de confiança numa economia, credibilizar a moeda cabo-verdiana poderia ser uma via para se alcançar esse objetivo.

Com efeito, a estabilidade da moeda ou a preservação do valor da moeda constituem fatores chave para o desenvolvimento de um país, em que a credibilidade de políticas económicas mede-se através da estabilidade da moeda (BCV, 2008).

É nesta perspetiva que no dia 13 de março de 1998, Cabo Verde assinou com Portugal um Acordo de Cooperação Cambial (ACC) que visa, basicamente, ajudar a criar condições que permitam viabilizar a convertibilidade do escudo cabo-verdiano¹ (Martins *et al.*, 2008). Para a concretização deste propósito o ACC preconiza o estabelecimento de uma paridade fixa entre o escudo cabo-verdiano (ECV) e o escudo português (PTE), fomentando a crescente aceitação externa da moeda cabo-verdiana (Martins *et al.*, 2008).

Entretanto, Portugal atravessava uma grave crise financeira, acentuada pela recessão da economia mundial. Após a revolução de 25 de abril de 1974, e a perda do mercado colonial, mantinha uma grande dependência externa. É neste contexto que o país

¹ O escudo cabo-verdiano é a unidade monetária de Cabo Verde, cujo código ISO 4217 é CVE.

se aproxima do mercado europeu, fazendo o pedido de adesão à Comunidade Económica Europeia² (CEE) em 1977.

Só em 1986, praticamente uma década depois, Portugal conseguia o seu objetivo de entrar para a CEE. Uns anos mais tarde, em 1993, o Tratado de Maastricht instituiu a União Europeia (UE) com o nome atual. A Zona Euro, a união monetária, foi criada em 1999.

Com a entrada do euro (EUR) em vigor, a partir de 1 de janeiro de 1999, o Acordo estabelecido entre Portugal e Cabo Verde manteve os pressupostos anteriormente acordados. Em relação ao câmbio, o acordo estabelecia que 1 PTE equivalia a 0,55 CVE, com a entrada do euro, a relação passou a ser 1 EUR equivale a 110,265 CVE.

2. Problemática Científica

O Acordo de Cooperação Cambial é considerado um importante instrumento de estabilidade macroeconómica de Cabo Verde. Contudo, não se tem efetuado estudos, sobretudo monográficos, a nível macroeconómico, sobre o seu real impacto na economia de Cabo Verde.

Na literatura internacional existe um leque de estudos teóricos e empíricos sobre os efeitos de um Acordo de Cooperação Cambial. Estes estudos mostram que não existe uma política cambial ótima e que qualquer país pode adotar e com ela ter sucesso. Pelo contrário, sugerem estudos de impactos conjunturais, estabelecimento de estratégias de política económica, principalmente para países em vias de desenvolvimento, e tomada de decisões em função dos resultados.

É neste quadro que se propõe realizar este trabalho à luz da literatura existente sobre este assunto.

A motivação do autor na elaboração do presente trabalho reside, pois, no seu interesse em aprofundar os seus conhecimentos sobre os regimes cambiais que vigoraram ao longo dos últimos anos, bem como ter uma opinião tecnicamente sustentada sobre a opção de Cabo Verde pelo atual regime cambial e porque, até este momento, ninguém o pôs em causa.

Nesta perspetiva, a pergunta que orientará este estudo é: “Qual é o impacto do Acordo de Cooperação Cambial na economia de Cabo Verde?”

² O Tratado de adesão de Portugal à CEE foi assinado em 12 de junho de 1985 e o país integrou oficialmente a comunidade em 1 de janeiro de 1986.

Para além do interesse explícito anteriormente, esta pergunta de partida justifica-se pela curiosidade do autor relativamente à sustentabilidade do ACC. Tendo em conta a natureza adversa de Cabo Verde e a quase inexistência de recursos naturais, e, ainda, o fato de ter uma economia pequena, aberta e muito dependente de bens e serviços e de poupanças do exterior, como é que o país tem conseguido manter e pretende continuar a manter os pressupostos para a manutenção do ACC.

3. Objetivos do Estudo

3.1 Objetivo Principal

O objetivo principal deste trabalho é analisar o impacto do Acordo de Cooperação Cambial na economia de Cabo Verde e responder à pergunta de partida.

3.2 Objetivos Secundários

Os objetivos secundários estão consubstanciados nas preocupações do Autor, designadamente: (i) Perceber até quando Cabo Verde precisará manter o Acordo de Cooperação Cambial; (ii) Saber qual o interesse de Portugal em manter esse Acordo; (iii) E, compreender o motivo pelo qual Cabo Verde optou pela Zona Euro em vez de outro regime cambial.

Com esta análise poder-se-á, ainda, compreender melhor em que medida o ACC afetou a autonomia cabo-verdiana na condução da sua política monetária, isto é, se houve ganho ou perda de autonomia de política monetária.

Por outro lado, uma vez que os estudos empíricos e a literatura sobre o Acordo Cambial são incipientes em Cabo Verde, pretende-se, ainda, com este estudo, produzir subsídios que possam constituir um precioso instrumento de inspiração e elaboração de políticas e medidas que possam ajudar a gerir melhor o ACC.

4. Metodologia

Qualquer trabalho científico necessita de métodos que permitam alcançar o fim que se procura. Por métodos entende-se o conjunto de normas que devem ser satisfeitas, caso se pretenda que a investigação seja conduzida adequadamente e seja capaz de levar a conclusões merecedoras de adesão pela comunidade científica.

Tratando-se de um trabalho eminentemente monográfico, seguiu-se os princípios de uma pesquisa descritiva, baseada fundamentalmente na análise de documentos e estudos

produzidos sobre este assunto, designadamente pelos diferentes Governos e pelo Banco de Cabo Verde, bem como de outras entidades, em artigos nacionais e internacionais de especialidade e alguma bibliografia da área.

Através de recolha de opiniões de docentes e especialistas nesta área económica, foram seleccionadas algumas variáveis macroeconómicas, cujas análises e interpretação dos dados a elas relacionadas foram importantes nas conclusões deste trabalho.

Como é próprio num estudo desta natureza apenas foram registados e descritos fatos observados, não havendo interação ou envolvimento do pesquisador no assunto analisado.

Para reforçar as conclusões do trabalho, realizou-se um pequeno estudo quantitativo, muito básico e empírico, que consistiu na aplicação de um curto questionário, com perguntas muito diretas a uma amostra constituída por 10 pessoas que lidam com a macroeconomia, nomeadamente docentes e especialistas da área.

5. Estrutura do Trabalho

O presente trabalho encontra-se estruturado em uma introdução onde se faz um enquadramento do estudo, designadamente a contextualização, objetivos e metodologia e por seis capítulos bem definidos.

No primeiro capítulo faz-se uma abordagem teórica do tema em questão, apresentando uma perspetiva transversal sobre o Sistema Monetário Internacional, a emigração cabo-verdiana e as suas remessas e uma perspetiva histórica do escudo cabo-verdiano.

No capítulo II, faz-se referência ao Acordo de Cooperação Cambial enquanto instrumento de política monetária, com particular ênfase para o Acordo assinado entre Cabo Verde e Portugal.

O terceiro capítulo apresenta a metodologia adotada para a realização deste estudo.

Por sua vez, no quarto capítulo, faz-se abordagem teórica dos indicadores macroeconómicos considerados pertinentes ao estudo em apreço.

No quinto capítulo, faz-se uma breve caracterização da economia cabo-verdiana com base nos indicadores macroeconómicos, abordados anteriormente.

No último capítulo, o sexto, faz-se uma análise comparativa dos dados.

Por fim, seguem-se as conclusões e recomendações.

CAPÍTULO I: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O cenário macroeconómico mundial caracteriza-se atualmente por uma ampla mobilidade de capitais, instabilidade das taxas de câmbio e juros, desregulamentação dos mercados financeiros, entre outros. Neste quadro, torna-se fundamental o debate sobre os regimes cambiais e controlo de capitais em economias frágeis e fortemente dependentes, como é o caso de Cabo Verde.

Neste sentido, para a fundamentação teórica deste trabalho, recorre-se, ainda que de forma sucinta, à três perspetivas importantes, nomeadamente: (i) O sistema monetário internacional; (ii) Cabo Verde, a emigração e suas remessas; (iii) e a relação do escudo de Cabo Verde com as moedas europeias até a entrada do euro.

1.1 Sistema Monetário Internacional - Breve abordagem histórica

As atividades económicas no mundo requerem uma grande procura e oferta de moedas estrangeiras, o que gera uma constante flutuação das mesmas nas transações comerciais. Contudo a rotação constante das moedas no mundo precisa de normas e regras que impõem ordem no sistema, caso contrário as economias poderiam colapsar devido a uma presença maior ou menor de divisas num determinado país, o que não é desejável. É por isso que organismos como o Sistema Monetário Internacional (SMI) são importantes para o desenvolvimento da economia mundial uma vez que permitem a regulação e desenvolvimento de atividades económicas.

O SMI engloba o conjunto de instituições, normas e acordos que regulam a atividade comercial e financeira internacional. Regula os pagamentos e as cobranças das transações económicas internacionais.

A necessidade do SMI deriva do fato das transações internacionais se realizarem em moedas de diferentes nacionalidades, ligadas a realidade económica de cada país. As operações que se realizam nestas transações efetuam-se no mercado de câmbios. Os diferentes tipos de moedas que se utilizam dependem da oferta e da procura de cada moeda, reguladas pela intervenção de diversos bancos centrais que controlam as flutuações da cada divisa.

Durante os últimos 150 anos houve várias tentativas para melhorar o SMI.

● Padrão ouro (clássico), 1870-1914

O padrão ouro é, geralmente, considerado um exemplo de um sistema monetário internacional estável. Durante este regime, os países eram obrigados a defender a paridade fixa, podendo, excepcionalmente, afastar-se desse valor, em situações de crise financeira ou na ocorrência de uma guerra. Entre 1880 e 1913, as nações industriais líderes mantiveram fixo o preço das suas moedas em termos de ouro. As taxas de câmbio mantiveram-se estáveis por extensos períodos sem recurso a controles de capital ou de auxílios externos. Existem pesquisas recentes que procuram responder como é que o padrão ouro funcionou tão bem no pré-guerra.

● Padrão de convertibilidade ouro, 1919-1945

Na sequência da I Guerra Mundial alguns países começaram a abandonar o regime para poderem fazer face as despesas da guerra sem controlo. As forças que suportavam o sistema anterior foram enfraquecidas com a Primeira Grande Guerra, designadamente os bancos centrais viram a sua independência limitada pela mão pesada da tutela do Ministro da Economia.

Os anos seguintes à guerra foram dominados por disputas entre políticas económicas que raramente eram consistentes com as políticas monetárias, o que trouxe de certa forma o caos financeiro. Na segunda metade dos anos 20 o padrão ouro foi restabelecido, sistema de convertibilidade ouro, no entanto, por razões previsíveis, nomeadamente influência política nas políticas monetárias, não teve o mesmo desempenho que no período pré-guerra.

Por volta dos anos 30 já era difícil dominar o sistema, pois, os governos modificavam constantemente as regras de política económica, deixando dúvidas sobre o seu grau de comprometimento com as taxas de câmbio vigentes. Houve várias tentativas para a estabilização do sistema, mas um progresso real só viria a surgir depois da Segunda Guerra Mundial.

● Sistema de Bretton Woods, 1946-1971

Em 1944 os países europeus encontravam-se em situação difícil. A estrutura monetária internacional estabelecida entre as duas grandes guerras mundiais mostrou-se

ineficiente no equilíbrio de poder. É neste quadro que surge o sistema Bretton Woods³, numa tentativa de aproveitar os benefícios do sistema padrão ouro e eliminar os seus inconvenientes.

O sistema de Bretton Woods pretendia constituir um equilíbrio do sistema monetário internacional a partir da cooperação e estabilidade e trazer quatro inovações em relação ao antigo padrão ouro: maior flexibilidade cambial, controle de capitais, um fundo de estabilização e uma instituição para administrar o novo sistema monetário internacional, o FMI (Oatley, 2012). Ao criar-se em Bretton Woods o Fundo Monetário Internacional, estabeleceu-se um padrão de câmbios dólar ouro, que funcionou até 1972 como uma verdadeira moeda universal. O FMI coordenava e controlava o Sistema Monetário Internacional e o Banco Mundial destinava-se ao financiamento para o desenvolvimento.

Surgiu assim um sistema de tipos de câmbios fixos mas ajustáveis, com o dólar como eixo central e com a referência do ouro, de modo que os países ficavam obrigados a manter o tipo de câmbio, podendo mudar a paridade até 10% sem que o FMI pedir explicações ou colocar objeções. Os Estados Unidos fixavam o preço do ouro em dólares e comprometiam-se a vender ou a comprar a esse preço. As demais moedas fixavam seus tipos de câmbios em relação ao dólar.

Entretanto, efeitos inflacionistas da guerra do Vietnam, a necessidade de desvalorizar o dólar entre outros problemas, levaram os Estados Unidos a suspender a convertibilidade do dólar em ouro em 1971. Não obstante, o dólar continuou formalmente como padrão até 1973 se decidiu permitir a livre flutuação das moedas nos mercados de divisas.

● Sistema Financeiro Internacional depois de 1973

A mudança para sistemas flexíveis visa por cobro as elevadas taxas de inflação e a ganhar competitividade externa. Este regime permite que o mercado, através da oferta e da procura de divisas, determine o comportamento da relação entre as moedas.

Segundo Frankel⁴ (1999), não existe um regime cambial ótimo para todos os países ou para todas as situações, o que significa que cada país terá de procurar em cada momento aquilo que melhor se adapta as condições estruturais e conjunturais.

³ Acordo de Bretton Woods é o nome com que ficou conhecida uma série de disposições acertadas por cerca de 45 países aliados em julho de 1944, na mesma cidade norte-americana que deu nome ao acordo, no estado de New Hampshire, no hotel Mount Washington. O objetivo era definir os parâmetros que iriam reger a economia mundial após a Segunda Guerra Mundial.

Nesta perspectiva de Frankel (1999), atualmente, pode-se destacar três (3) tipos de regimes cambiais: taxa de câmbio flutuante, taxa de câmbio fixa e taxa de câmbio atrelada.

i. Taxa de câmbio flutuante

Trata-se da taxa vigente na maioria dos países do mundo, incluindo os países que utilizam o euro em relação aos países que não o utilizam. Neste regime, o Banco Central estipula apenas a política monetária, ou seja, ele controla a taxa básica de juros e a base monetária. O Banco Central não possui nenhuma política cambial explícita. A taxa de câmbio varia diariamente de acordo com a oferta da moeda estrangeira, da demanda de estrangeiros pela moeda nacional e, principalmente, da percepção dos investidores estrangeiros e dos especuladores quanto à situação econômica e política do país. Funciona bem não só nas economias desenvolvidas e estáveis mas também nos países em desenvolvimento estáveis do ponto de vista social e política (Frankel, 1999).

ii. Taxa de câmbio fixa

Acontece quando o Governo fixa uma paridade para o valor da moeda. É permanente ao longo do tempo e está muito sujeita a pressões políticas. Neste regime, se o risco de um país não pagar as suas dívidas aumentar, os investidores estrangeiros tendencialmente irão desinvestir e sair do país. Num sistema de câmbio flutuante, em que o valor do câmbio é determinado pela lei da oferta e da procura da moeda estrangeira, o que aconteceria era uma desvalorização da moeda nacional (Frankel, 1999).

iii. Taxa de câmbio atrelado

A taxa de câmbio atrelado é utilizada quando o Banco Central pretende controlar a inflação por meio do câmbio, sem abrir mão da política monetária. Tal pretensão é instável e sujeita a ataques especulativos. A taxa de câmbio varia todos os dias, só que dentro de bandas determinadas pelo Banco Central (Frankel, 1999).

● Sistema Monetário Internacional Contemporâneo

Segundo Lima e Oliveira (2016), os possíveis caminhos para a governança do Sistema Monetário Internacional mostram-se vastos no começo do século XXI. Apesar do desenvolvimento dos países capitalistas avançados, questões em torno de como as políticas econômicas num âmbito internacional podem melhorar ainda são o centro do debate, assim como formas de propiciar o melhor desenvolvimento econômico na esfera global. Acrescentam esses dois especialistas que hoje, a China é o país com o maior número de

⁴ Macroeconomista norte-americano

reservas em títulos da dívida estadunidense, cerca de US\$ 1,2 trilhões. Com reservas nesta magnitude, o país poderia desvalorizar o dólar de forma severa.

A retrospectiva histórica aqui apresentada serve como alicerce para entender os fundamentos da importância da cooperação internacional dentro do sistema monetário internacional.

1.2 Cabo Verde: A Emigração e suas Remessas

Cabo Verde é um pequeno estado insular constituído por dez ilhas e cinco ilhéus, situado no Oceano Atlântico Norte, a 455 Km da costa ocidental africana, na direção do cabo africano do mesmo nome, no Senegal, ao largo de Dakar, sendo um país que faz parte da região da Macaronésia⁵.

As ilhas de CV são de origem vulcânica e constituem os únicos pontos emersos em uma superfície de 15 milhões de Km² de oceano. Os solos são pobres, sendo apenas 10% arável e deste 90% é destinado à agricultura de sequeiro e somente 10% é irrigado.

A localização do arquipélago na região do Sahel confere-lhe um clima seco e ventoso que limita grandemente a produção agrícola e, a vasta área marítima que pertence à sua Zona Económica Exclusiva, não é muito abundante em espécies piscícolas, havendo, contudo, alguma pesca e crustáceos (Nascimento, 2008).

A história económica e social de Cabo Verde permite conhecer o que foi a vida dura e a titânica luta travada pelos cabo-verdianos contra as forças da natureza na procura de alternativas de sobrevivência. Na condição de ilhéus, olhando a todo o momento para o mar, a emigração surge naturalmente como uma alternativa para os cabo-verdianos e a tentação de emigração é um fato inevitável na vida de qualquer cabo-verdiano.

Cabo Verde tem, pois, uma forte tradição de emigração. Está profundamente enraizada na sociedade cabo-verdiana a ideia de emigrar, como estratégia de alcançar sucesso pessoal, familiar e social.

Segundo António Carreira⁶ (1993), é possível identificar três grandes fases na emigração cabo-verdiana: a primeira que vai de 1900 a 1926, em que os Estados Unidos da América (EUA) constituem o principal destino dos emigrantes; na segunda que vai 1927 a

⁵ Palavra de origem grega e que significa “Ilhas Alegres e Afortunadas”, usada para designar o conjunto dos arquipélagos do Atlântico Norte e parte da costa ocidental africana. A região macaronésica é composta pelos arquipélagos dos Açores, de Cabo Verde, das Canárias e da Madeira (Plataforma Tecnológica da Macaronésia, 2015).

⁶ Migrações nas ilhas de Cabo Verde ao longo do século XX

1945, devido a restrições na entrada nos EUA, o destino passa a ser Portugal, Brasil, Argentina, e países africanos como Senegal, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique. A terceira fase, que corresponde ao período entre 1946 e 1973, o principal destino de emigração passa a ser países europeus, nomeadamente Holanda, França, Luxemburgo, Itália, Suíça e Espanha.

Cabo Verde tem uma população estimada em cerca de 525.396 habitantes, sendo 260.462 (49,6%) masculina e 264.934 (50,4%) feminina. A população emigrada mais os indivíduos nascidos nos destinos de emigração ultrapassam os 800.000 indivíduos (INE, 2017).

Estes números tornam Cabo Verde um caso interessante de estudo uma vez que se em termos relativos é uma comunidade emigrada normal como outras, sendo quantitativamente insignificante quando comparada com a diáspora judaica, arménia ou libanesa, em termos absolutos já desperta alguma curiosidade tendo em conta que apenas nos EUA vivem mais cabo-verdianos do que em Cabo Verde.

Constitui um imperativo tratar a diáspora cabo-verdiana neste trabalho, pois oferece uma contribuição relevante no crescimento e desenvolvimento de Cabo Verde, através das remessas que envia aos familiares e amigos, e, normalmente, não são consideradas um indicador de desenvolvimento económico.

As remessas constituem um suporte financeiro importante para imensas famílias e são utilizadas sobretudo nas despesas quotidianas, no ensino e na saúde e contribuem, grandemente, na redução da pobreza (Nascimento, 2008).

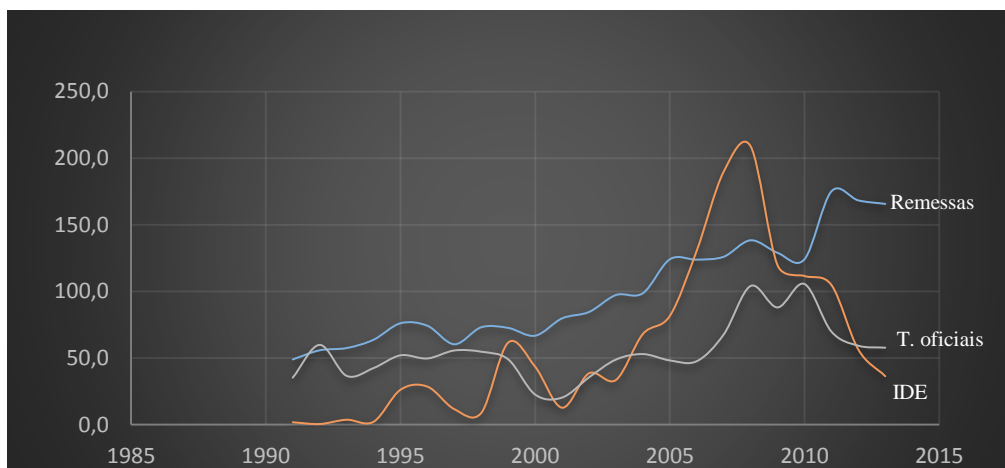
Embora as remessas dos emigrantes tenham um papel cada vez mais relevante na garantia e na melhoria dos meios de subsistência de milhões de pessoas nos países em desenvolvimento, como é o caso Cabo Verde, não se pode esperar que as remessas por si só resolvam obstáculos de desenvolvimento mais estruturais, como as infraestruturas por exemplo.

Contudo, se os países tomarem um rumo positivo de desenvolvimento e o crescimento económico começar a ser uma realidade, é possível que os emigrantes reconheçam oportunidades de investimento ou de um bom (estratégico) emprego, podendo regressar aos respetivos países e contribuir para o seu desenvolvimento.

Em Cabo Verde, as remessas têm sido mais importantes do que o Investimento Direto Estrangeiro (IDE), não somente em relação aos montantes, mas sobretudo por serem mais previsíveis e estáveis. Como se pode verificar no Gráfico 1, as remessas dos

emigrantes tiveram uma evolução tendencialmente crescente entre 1991 e 2013, com máximos e mínimos menos pronunciados do que outros fluxos de desenvolvimento, sendo o IDE o mais instável.

Gráfico 1 - Remessas, IDE e Transferências Oficiais de CV (USD)



Fonte: Dados estatísticos do Banco de Portugal e do Banco de Cabo Verde, (2016).

Excetuando os anos 2006, 2007 e 2008, as remessas foram sempre superiores ao IDE.

Segundo um relatório publicado recentemente pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), Cabo Verde é o quinto país do mundo onde as remessas dos emigrantes têm mais impacto na economia. O relatório revela que o total de recursos enviados pelos emigrantes representa 23,3% do Produto Interno Bruto (PIB). Acrescenta, ainda, que essa contribuição representa 38,2 % da massa monetária de Cabo Verde sendo 40% em depósitos a prazo.

Através de dados fornecidos pelo Banco de Cabo Verde, as remessas de emigrantes atingiram os 10,42 mil milhões de escudos. Os principais países de origem das remessas foram Portugal, França, Estados Unidos e Países Baixos.

1.3 Relação do escudo de Cabo Verde com as moedas europeias até entrada do Euro – Uma perspetiva histórica

Do início do povoamento de Cabo Verde até a atualidade, a moeda cabo-verdiana passou por algumas fases distintas e bem características. Como explica João Esteves (2015) no seu livro “História da Moeda em Cabo Verde – Do início do povoamento à atualidade”, são três as fases em que se pode organizar a evolução da moeda em Cabo

Verde: (i) a primeira fase diz respeito a um longo período de predomínio metálico que dura até cerca de 1850; (ii) segunda fase inicia na segunda metade do século XIX com a criação do Banco Nacional Ultramarino, institucionalização e introdução da moeda fiduciária. Trata-se de um período interessante no qual se pode observar as dinâmicas e constrangimentos da circulação e da expansão monetárias; (iii) a terceira parte diz respeito ao período pós-independência e do novo fenómeno monetário que vem evoluindo desde então.

O escudo foi introduzido em Cabo Verde em 1914, três anos depois de ter sido introduzido em Portugal. Até então vigorava no arquipélago a moeda “mil reis” portugueses, o equivalente à um escudo.

Em 1930, foram cunhadas pela primeira vez em Portugal moedas destinadas especificamente ao território cabo-verdiano, mas a partir de 1953 passou a haver uma unificação da moeda em todas as colónias portuguesas, e assim começaram todas a utilizar o escudo de Portugal.

O escudo cabo-verdiano surgiu em 1977 e passou a ser emitido pelo Banco de Cabo Verde que sucedeu ao Banco Nacional Ultramarino. À data da independência os dois escudos (cabo-verdiano e português) eram equivalentes, mas a partir daí houve uma acentuada desvalorização da moeda portuguesa, que atingiu os 40 por cento em 1984.

Em 1992 um grupo de países europeus constituído por Alemanha, Áustria, Bélgica, Espanha, Finlândia, França, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Países Baixos e Portugal, adotaram as normas para adoção de uma moeda única para a União Europeia e no ano seguinte foi assinado o Tratado de Maastricht (Manzi, 2014; Parlamento Europeu, 2018).

Com isso, foi criado o euro⁷ em 1999, mas o seu uso se dava apenas como referência cambial para dados contabilísticos e transações virtuais internacionais. Apenas no dia 1 de janeiro de 2002 o euro passou a circular em forma de moeda física, passando a substituir as moedas nacionais dos países que inicialmente o adotaram (Manzi, 2014). Em 1998, estabeleceu-se um acordo entre Portugal e Cabo Verde que fixou que a um escudo português equivaliam 55 centavos cabo-verdianos (Martins *et al.*, 2008). Com a entrada em vigor do euro em 2002, ficou estabelecido que a um euro correspondiam 110.265\$00.

⁷ O euro é gerido e regulamentado pelo Banco Central Europeu, sendo também coordenado nos bancos centrais de cada país que o adota. As articulações entre essas entidades são chamadas de Euro sistema (Martins *et al.*, 2008)

Apesar das recentes oscilações económicas concernentes à crise que atingiu o euro nos últimos anos, é válido mencionar que a moeda não perdeu importância, sendo ainda a segunda maior do mundo em poder e importância, superada apenas pelo dólar americano.

CAPÍTULO II: ACORDO DE COOPERAÇÃO CAMBIAL

2.1 Generalidades

Os poderes públicos podem intervir na economia de um país, através de um conjunto de instrumentos, para contornar determinados contextos envolventes com vista a atingir certos objetivos.

Segundo Ribeiro⁸, a definição desses objetivos e a seleção desses meios é uma das etapas mais importantes no processo de formulação da política económica de um país, designadamente, o crescimento do PIB, a redução do nível de desemprego, o controlo da inflação, o equilíbrio da balança de pagamentos, a melhor redistribuição do rendimento, a estabilidade dos preços, a expansão do investimento externo, a melhor adequação e gestão das finanças públicas, entre outras.

Nesta perspetiva, de acordo com a teoria económica, os regimes cambiais são relevantes porque são determinantes no desempenho económico e financeiro para a estabilidade macroeconómica de um país, mantendo as relações internacionais, do ponto de vista financeiro e comercial, harmoniosas e consistentes.

Ainda na opinião de Ribeiro (2018), a utilização de um regime adequado promove a estabilidade económica global e um desenvolvimento sustentável e inclusivo, minimizando o impacto dos choques externos/internos sobre a economia do país.

Assim sendo, a política monetária e cambial influencia de modo muito particular os programas de crescimento e estabilidade macroeconómica dos governos.

A Teoria das Zonas Monetárias Ótimas⁹ defende que os países que têm economia com elevado grau de abertura têm vantagens em adotar o Regime Cambial Fixo¹⁰ e, deste modo, estabelecer uma paridade com a moeda adequada, a fim de evitar a volatilidade da taxa de câmbio, garantir a importação de baixos níveis de inflação e, consequentemente, variações reduzidas no índice agregado de preços no consumidor.

Se um país, por exemplo, tem uma taxa de câmbio que se mantém inalterada relativamente ao dólar, isso significa que a sua moeda se mantém tão forte quanto o dólar,

⁸ A Relevância da Alteração do Regime Cambial em Cabo Verde, junho de 2018.

⁹ Teoria desenvolvida por Robert Mundell (1961), que define uma Zona Monetária Ótima como um espaço geográfico onde os países têm toda a vantagem em utilizar uma taxa de câmbio fixa ou então a mesma moeda (Varela, 2010).

¹⁰ O Regime Cambial Fixo permite haver um aumento de investimento, visto imprimir maior previsibilidade, reduzir a incerteza que é um fator que afeta, negativamente, o investimento e, consequentemente, o crescimento económico (Varela, 2010).

ou que, sua moeda possui o mesmo poder de compra do dólar. Por conseguinte, é impossível esse país enfrentar uma hiperinflação, a menos que o dólar entre em processo de hiperinflação.

Em contrapartida, a paridade fixa tem, também, inconvenientes. Por exemplo, quando se adota uma política de âncora cambial, o país fica limitado em promover políticas orçamentais expansionistas e no uso da taxa de juro de referência para combater possíveis desequilíbrios nos comportamentos macroeconómicos internos. Significa que, no caso de Cabo Verde, o BCV deixa de poder, por exemplo, descer a taxa de juro para combater o desemprego e deixa de poder subir a taxa de juro para combater a inflação.

Portanto, um regime de âncora cambial pode, inclusivamente, obrigar o país a seguir a política monetária do país âncora mesmo quando tal seja desadequado face à conjuntura interna.

Cabo Verde é um país que apresenta uma economia extremamente aberta¹¹ e o equilíbrio da sua Balança de Pagamentos depende, fortemente, dos influxos das transferências correntes, quer da ajuda externa ou, principalmente, das remessas dos emigrantes (Varela, 2010).

A abertura da economia cabo-verdiana permite estabelecer relações com outros países, utilizando o Regime de Câmbio Flexível que suporta a desvantagem da instabilidade dos preços e imprevisibilidade, fatores que inibem o desenvolvimento das transações económicas internacionais. Os custos desta instabilidade são superiores aos da perda da taxa de câmbio enquanto instrumento da política económica. Devido ao elevado grau de abertura e de fluxos provenientes do exterior, a economia cabo-verdiana tende a estar sujeita à choques, o que provoca efeitos de extrema instabilidade sobre os preços internos, a produção e o emprego (Varela, 2010).

2.2 Acordo de Cooperação Cambial Assinado Entre Cabo Verde e Portugal

Na sequência de um protocolo celebrado entre a República Portuguesa e a República de Cabo Verde em julho de 1997, foi assinado em 13 de março de 1998 um Acordo de Cooperação Cambial (ACC) que se tornou efetivo em abril de 1998 (Martins *et al.*, 2008).

¹¹ Uma economia é considerada aberta se a relação entre (Importação + Exportação) / PIB tiver um valor elevado, ou seja, se as transações económicas internacionais forem significativas (Varela, 2010).

Segundo a Câmara de Comércio, Indústria e Turismo de Portugal/Cabo Verde (2016), o ACC foi estabelecido tendo em vista dois objetivos últimos, para os quais a estabilidade cambial entre o escudo português (PTE) e o escudo cabo-verdiano (ECV) constituiria um objetivo médio crucial:

- Objetivo 1: Aprofundar os laços económicos entre Portugal e Cabo Verde, nomeadamente em termos de comércio e de investimento bilaterais.
- Objetivo 2: Assegurar condições favoráveis à prossecução das reformas estruturais em curso em Cabo Verde, tendentes ao ajustamento, à abertura e à modernização da respetiva economia.

O ACC é constituído por três instrumentos essenciais: a fixação de uma paridade cambial fixa do Escudo de Cabo Verde (CVE) ao Escudo de Portugal (PTE), uma facilidade de crédito limitada da República de Portugal à República de Cabo Verde e adoção pelo Governo de Cabo Verde de critérios macroeconómicos de referência dos Estados membros da União Europeia.

Em relação ao primeiro instrumento, inicialmente (em inícios de 1998), a paridade cambial fixa do CVE face ao PTE foi fixada em 0,50 CVE/PTE, ou seja, 1 PTE = 0,50 CVE, porém, em março de 1998 essa paridade foi revista para 1 PTE = 0,55 CVE.

Como se pode constatar no Tabela 1, o valor do escudo português era fixo e igual tanto na compra como para na venda, enquanto que as outras moedas do espaço euro, apesar de fixas, os câmbios apresentavam pequenas diferenças entre a compra e a venda.

Tabela 1 - Câmbio de moedas dos países da zona euro

País	Moeda	Designação	Câmbio de Compra	Câmbio de Venda
Portugal	Escudo	PTE	0,550	0,550
Espanha	Peseta	ESP	0,633	0,663
França	Franco Francês	FRF	16,510	16,810
Holanda	Florim	NLG	49,500	50,036
Itália	Lira	ITL	0,056	0,057
Bélgica	Franco Belga	BEF	2,650	2,733
Alemanha	Marco	DEM	55,000	56,378

Fonte: BCA, 1998

Entretanto, em 1999, o escudo português é substituído pelo euro, o que implicou um reajuste no ACC. O Conselho Europeu realizado a 21 de dezembro de 1998, autorizou Portugal a manter o ACC com Cabo Verde. Com isso o escudo cabo-verdiano passou a estar ligado ao euro através da moeda portuguesa e, assim, o câmbio passou a ser 1 EUR = 110,265 CVE (Martins *et al.*, 2008).

O ACC consagrou duas opções estratégicas centrais de Cabo Verde, em relação ao processo de crescimento e desenvolvimento económico (Martins *et al.*, 2008): (i) em primeiro lugar, a adoção de uma ligação preferencial à Portugal e, por seu intermédio, à União Europeia; (ii) e, em segundo lugar, a adoção de um modelo económico assente na estabilidade nominal (com credibilidade monetária e disciplina financeira do Estado) e nos mecanismos de mercado (com a progressiva convertibilidade externa da moeda, o que constitui uma aposta na iniciativa privada e o aprofundamento da concorrência (externa e interna), vistos como elementos propiciadores de um crescimento sustentado na competitividade externa e numa mais eficiente afetação de recursos.

Segundo Oliveira *et al.* (2013), a política monetária seguida pelo país tem como objetivo garantir a estabilidade do preço e a manutenção das reservas internacionais e ao mesmo tempo, assegurar a estabilidade e a convertibilidade do Escudo face ao Euro.

Nesta linha de pensamento destaca-se também o *Diagnostic Trade Integration Study*¹² (DTIS - 2007), segundo o qual a decisão de estabelecer o acordo entre as Repúblicas de Cabo Verde e Portugal foi aprovada pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), que considera que a taxa de câmbio fixa constitui um suporte extremamente importante para a estabilidade financeira de Cabo Verde.

2.3 Tratado de Maastricht

O Tratado de Maastricht ou Tratado da União Europeia, assinado em 7 de fevereiro de 1992 e que entrou em vigor no dia 1 de novembro de 1993, constitui um tratado que veio a alterar os tratados europeus anteriores¹³ e criou uma União Europeia

¹² Avalia as restrições internas e externas à integração de um país na economia mundial e recomenda as áreas nas quais a assistência técnica e as ações políticas podem ajudar o país a superar determinadas barreiras. O trabalho é realizado sob a égide do Banco Mundial e é financiado em grande parte pelo Enhanced Integrated Framework (EIF).

¹³ Tratado de Paris, assinado em 1951, em que foi fundada a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA); Tratados de Roma, que instituem a Comunidade Económica Europeia (CEE) e a Comunidade Europeia da Energia Atómica (CEEa, dita «Euratom»), e foram assinados em 1957; Tratado de Bruxelas ou de Fusão, em que foi criada uma Comissão única e um Conselho único para as três Comunidades Europeias (CECA, CEE e CEEa), assinado em 1965; e o Ato Único Europeu (AUE), assinado em 1986 (Silva, 2011).

assente em três pilares: as comunidades europeias, a política externa e de segurança comum (PESC) e a cooperação nos domínios da justiça e dos assuntos internos (JAI) (Parlamento Europeu, 2018).

Com esse tratado, introduziu-se uma moeda única, ao se estabelecer um cronograma de três (3) fases¹⁴ a fim de se introduzir o euro. Simultaneamente às negociações para a introdução do euro, os governos europeus conceberam mecanismos institucionais como forma de monitorizar a evolução dos indicadores económicos e, assim, impedir o surgimento de desequilíbrios macroeconómicos que contribuíssem para desestabilizar a futura zona monetária. Esses mecanismos foram concebidos através da criação dos critérios de convergência de Maastricht (Manzi, 2014).

Assim, por ser um tratado que abrange toda a União Europeia e tendo em conta que Cabo Verde, ao assinar o ACC com Portugal, estabeleceu uma ligação preferencial à Portugal e, por seu intermédio, à União Europeia, achou-se pertinente introduzir neste estudo os critérios estipulados pelo Tratado de Maastricht.

- **CrITÉRIOS DE CONVERGÊNCIA**

Os critérios de convergência referidos no Tabela 2 foram acordados em 1992, em Maastricht, no âmbito dos preparativos para a introdução do euro e, estes, formam um conjunto de cinco indicadores económicos e jurídicos criados para assegurar a convergência económica entre os países interessados que ainda não adotaram o euro e os Estados-Membros da área do euro (Comissão Europeia, 2017).

¹⁴ Fase 1 (1990-1993): liberalização da movimentação de capitais, coordenação das políticas económicas e cooperação entre os Bancos Centrais; Fase 2 (1994-1998): convergência das políticas económicas e monetárias para assegurar a estabilidade dos preços e das finanças públicas nacionais; Fase 3 (1999): criação do Banco Central Europeu, fixação das taxas de câmbio e introdução do euro (Manzi, 2014).

Tabela 2 - Critérios de convergência de Maastricht

Deficit público	Os <i>deficits</i> fiscais não devem ser superiores a 3% do PIB. No entanto, <i>deficits</i> acima desse valor serão aceites caso a transgressão desse limite for temporária e excecional.
Stocks de dívida pública	Os <i>stocks</i> da dívida pública não devem ser superiores a 60% do PIB. Os <i>stocks</i> acima desse valor serão aceites se estiver em curso um declínio gradual da dívida pública ou se o crescimento da dívida for temporário e estiver próximo de 60%.
Estabilidade dos preços	A inflação dos países não pode ser superior a 1,5% em comparação à média dos três países com as menores taxas de inflação nos últimos doze meses.
Taxa de juros de longo prazo	As taxas de juros de longo prazo dos títulos emitidos pelos governos nacionais não deverão ser superiores a 2% em comparação à média registada pelos países que integram o processo de unificação monetária.
Câmbio	As flutuações da taxa de câmbio nos últimos dois anos anteriores à introdução da moeda única devem estar dentro das flutuações estabelecidas pelo Sistema Monetário Europeu.

Fonte: Manzi, 2014.

CAPÍTULO III: METODOLOGIA

Como se referiu no início deste trabalho, tratando-se de um estudo eminentemente monográfico, seguiu-se os princípios de uma pesquisa descritiva baseada, fundamentalmente, na análise de documentos e estudos produzidos sobre este assunto, em artigos nacionais e internacionais de especialidade e alguma bibliografia da área.

3.1 Variáveis do Estudo

Tendo em conta o objetivo do estudo e de acordo com a metodologia adotada, decidiu-se selecionar um conjunto variáveis macroeconómicas (indicadores) e fazer o estudo do comportamento dos mesmos durante o período em análise.

Para o efeito, foram escolhidos de forma criteriosa sete docentes da área económica da Universidade do Mindelo e três especialistas em macroeconomia a fim de serem sujeitos à um inquérito (cf. Apêndice I), com vista a conhecer a opinião dos mesmos sobre quais seriam os melhores indicadores a serem utilizados no estudo.

Os participantes foram convidados a escolher 5 das variáveis independentes elencados na Tabela 3 onde, também, consta os resultados do inquérito.

Confrontando estes resultados com o que recomenda a bibliografia consultada decidiu-se selecionar os seguintes indicadores macroeconómicos: Produto Interno Bruto (PIB), Investimento Direto Estrangeiro (IDE), Balança Comercial (BC) e Dívida Pública (DP).

A recolha de dados referentes a estes indicadores de impacto foi efetuada metodologicamente em função de um marco referencial que coincide com a data da assinatura do ACC.

Neste sentido, considerou-se uma dimensão temporal de 1988 a 1997 como sendo o período antes dessa assinatura e uma segunda dimensão temporal de 1999 a 2016. O marco referencial, ou seja, o ano de 1998, é entendido como o ano de base e, portanto, o marco de comparação entre o período temporal antes e o depois.

Tabela 3 - Resultados da entrevista aos especialistas em macroeconomia

Variáveis Independentes	Pronunciamentos Favoráveis	Pronunciamentos Contra	Total
Balança Comercial	10	0	10
Balança de Pagamentos	10	0	10
Coefficiente de Gini	3	7	10
Custo Unitário Básico	2	8	10
Desemprego	5	5	10
Desenvolvimento Urbano	6	4	10
Distribuição de Riqueza	8	2	10
Dívida Pública	10	0	10
Índice de Desenvolvimento Social	4	6	10
Índice de Preços	3	7	10
Investimento Direto Estrangeiro	10	0	10
Produto Interno Bruto	10	0	10
Produto Nacional Bruto	8	2	10
Desemprego	5	5	10
Outros	0	10	10
Total	94	56	150

Fonte: Elaboração própria.

3.2 Fonte de Dados

Os dados utilizados no presente estudo foram recolhidos nas bases de dados *online* do Banco Mundial. Esta escolha deve-se à ausência de series temporais completas para todos os indicadores e a uma maior consistência desta base de dados.

Vale ressaltar que, os valores da Balança Comercial foram obtidos por cálculos próprios com base nos dados das Importações e Exportações, encontrados na referida base de dados *online*.

A unidade monetária utilizada nas estatísticas financeiras do Banco Mundial é o dólar norte-americano e, devido às dificuldades em encontrar uma taxa de câmbio nominal USD/Euro, a análise das variáveis foi efetuada com base no dólar.

3.3 Desenvolvimento do Estudo

O presente estudo foi realizado entre Dezembro de 2017 e Agosto de 2018. Inicialmente, realizou-se uma pesquisa bibliográfica a fim de reunir informações relevantes acerca do assunto. De seguida, o tema “Impacto do Acordo de Cooperação Cambial entre Portugal e Cabo Verde na Economia Cabo-verdiana” foi apresentado à coordenação do curso e, posteriormente, ao orientador do estudo.

Deste modo, no período de Fevereiro à Maio, realizou-se uma pesquisa bibliográfica mais aprofundada e centrada nos tópicos estipulados pelo autor e pelo orientador, tendo sido elaborados os Capítulos do estudo nesse mesmo período.

A partir daí deu-se sequência ao estudo cujo relatório hoje se apresenta.

CAPÍTULO IV: ABORDAGEM TEÓRICA DOS INDICADORES MACROECONÓMICOS

4.1 Enquadramento Teórico

A Economia é uma ciência social, que tem como principal objetivo o estudo da conduta humana em suas interações coletivas, fazendo-o com distanciamento analítico, de um modo sistemático, dispondo de uma metodologia explícita, com o propósito de, com essa aproximação ao paradigma formal da ciência, evitar o entorpecimento nas categorias fáceis do senso comum. Sustenta-se então que Economia tem como tema central, o estudo de decisões individuais e coletivas tomadas em ambiente de escassez colocando, assim, em especial ênfase o grau de liberdade do agente e na correlação que se gera na tomada dessas decisões (Araújo, 2005).

Araújo (2005) explica, ainda, que a Economia é a ciência da escassez e das escolhas, em que se tenta compreender o comportamento humano em relação a fins e meios insuficientes, passíveis de alternativas.

Segundo Samuelson e Nordhaus (2004), Economia é definida como sendo a ciência que estuda a forma como as sociedades remediaram a escassez para produzirem bens com valor e o modo como é distribuído entre os indivíduos. Está implícito nessa definição questões cruciais para a compreensão do conceito Economia, por um lado, transmite a ideia de que os recursos são escassos, querendo isto dizer que os recursos não existem em quantidades suficientes para a satisfação plena das necessidades e desejos do ser humano, e, por outro lado, que a sociedade procura formas de maximizar a utilização dos seus recursos de forma a maximizar a satisfação das necessidades.

A Economia procura responder a três perguntas que afetam qualquer organização económica: “o que produzir?”; “como devem ser produzidos?” e “para quem são produzidos?” (Samuelson & Nordhaus, 2004).

Os dois grandes ramos da economia são a microeconomia e a macroeconomia:

➤ Microeconomia

Também conhecida como a teoria dos preços, a microeconomia estuda a formação dos preços no mercado de modo a estudar como o consumidor interage e decide qual o preço e quantidade de determinado bem ou serviço em mercados específicos.

➤ Macroeconomia

A macroeconomia estuda a economia nacional como um todo. O conceito fundamental da macroeconomia refere-se ao sistema económico.

Para efeitos deste estudo será dada atenção especial à macroeconomia, nomeadamente às suas variáveis mais conhecidas.

Nunes (2016) explica que os indicadores macroeconómicos e financeiros designam todo o critério baseado em dados económicos e financeiros de um determinado país ou entidade. Podem expressar-se em valores monetários absolutos, em taxas de variações, entre outros. Devem ser encarados de forma integral e, normalmente, são divididos em indicadores económicos e indicadores financeiros.

Os indicadores económicos procuram medir a capacidade do país em gerar valor, enquanto que os indicadores financeiros, avaliam a capacidade do país em honrar atempadamente os seus compromissos financeiros com terceiros. Os indicadores financeiros possuem uma visão de longo prazo (indicadores de estrutura financeira e solvabilidade) e, uma visão de curto prazo (indicadores de liquidez) (Nunes, 2016).

Ainda tendo em conta Nunes (2016), merecem destaque os seguintes indicadores macroeconómicos: Balança Comercial; Balança de Pagamentos; Coeficiente de Gini; Custo Unitário Básico; Desemprego (Estrutural e Sazonal); Desenvolvimento Urbano; Distribuição de Riqueza; Dívida (Externa e Interna); Índice de Desenvolvimento Social; Índice de Preços; Investimento Direto Estrangeiro; Produto Interno Bruto; Produto Nacional Bruto, Desemprego, entre outros.

Consultando a bibliografia especializada e por indicação de alguns especialistas, decidiu-se abordar neste estudo os indicadores macroeconómicos habitualmente utilizados para medir ou avaliar o impacto de uma moeda numa economia, no caso em apreço, o impacto do euro na economia cabo-verdiana. São eles: o Produto Interno Bruto, o Investimento Direto Estrangeiro, a Dívida Pública e a Balança de Pagamentos.

4.2 Produto Interno Bruto – PIB

O PIB é um indicador muito aplicado nas análises socioeconómicas com o objetivo de medir o nível do desenvolvimento e da economia de uma certa localidade. Segundo Mankiw (2016), o PIB diz respeito ao valor de mercado que todos os bens e serviços finais produzidos num determinado período de tempo adquirem. Portanto, o PIB é

responsável pela medição da receita total de todos os indivíduos e a sua despesa total com os bens e serviços finais subtraídos da economia.

Na ótica de Pena (2018), o PIB diz respeito a soma de todos os bens e serviços finais realizados num período de tempo específico. É considerado como o principal indicador de desenvolvimento económico de um país pois, o seu crescimento implica, consequentemente, um aumento dos ganhos para as empresas e para a população no geral.

O PIB permite medir as riquezas produzidas por um país ou uma região e a fazer comparações do nível de crescimento económico, destacando possíveis análises sobre problemas a nível estrutural e financeiro. Fornece, ainda, informações sobre os diversos setores económicos, colocando ênfase nos setores mais produtivos e os que menos contribuem para a economia da região ou do país, para além de enumerar problemas que carecem de ações públicas para a sua correção (Pena, 2018).

O PIB possui duas vertentes conhecidas como “nominal” e “real”. O PIB nominal está diretamente relacionado com o valor dos preços atuais, ou seja, o seu cálculo é feito com base no valor dos preços atuais dos bens e serviços, enquanto que, o PIB real é obtido através dos valores de preço constantes, isto é, de acordo com o ano-base apontado para análise (Pena, 2018).

Para o cálculo destas duas vertentes é necessário a utilização do deflator do PIB. Esta estatística é obtida através da divisão entre o PIB Nominal e o PIB real, multiplicado por 100. O objetivo do cálculo do deflator do PIB é de analisar quais as alterações mais relevantes no monitoramento do nível básico dos preços. O deflator é utilizado, também, para o cálculo da Taxa de Inflação (Adami, 2017).

Por seu lado, Araújo (2005, p.745), explica que o PIB a preços de mercado pode ser definido em três perspetivas:

- i) Perspetiva do rendimento: A soma do rendimento gerado (remunerações e juros, mais impostos menos os subsídios);
- ii) Perspetiva da despesa: A soma do uso final de bens e serviços pelos residentes do país (consumo mais investimento);
- iii) Perspetiva da produção: A soma do valor acrescentado pelos diversos setores de produção (mais impostos menos subsídios que incidem sobre os produtos).

Na visão de Pena (2018), para o cálculo do PIB deve-se ter em conta a produção de bens e serviços. Relativamente a produção de bens, são cotados tudo que é vendido, ou seja, inclui-se a produção agrícola, manufaturados, etc. e, em relação aos serviços,

incluem-se todo e qualquer atividade que envolva algum tipo de remuneração, por exemplo: atendimento médico, consertos, etc.

Ainda, segundo Pena (2018), para evitar o fenómeno de duplicação de dados, ou seja, a inclusão de bens que já foram contabilizados quando foram comercializados como matérias-primas e foram utilizados na produção de outros bens, a contabilização faz-se, por exemplo, da seguinte forma: uma casa, é contabilizada no PIB no momento de sua construção, não entrando nos cálculos se for revendida para outros proprietários.

Apesar do PIB ser um conceito importante, possui limitações e não indica, necessariamente, se um país é realmente rico ou pobre. Por exemplo, o PIB Brasileiro é superior ao da Suíça, fato que pode ser justificado pela dimensão do território e da população do Brasil serem maiores que as dos suíços. No entanto, a distribuição de riqueza em relação a sua população é bem menor do que a da Suíça que, por conseguinte, apresenta um nível de vida mais elevado do que a população brasileira (Pena, 2018).

Perante estas limitações, foi criado o indicador PIB *per capita*, que se obtém através do total do PIB dividido pela população. Segundo Francisco (2016), o PIB *per capita* é um indicador que se utiliza para analisar o grau de desenvolvimento de uma cidade ou região. O cálculo de tal indicador consiste no quociente do PIB pelo número total de habitantes a qual se quer determinar sua receita *per capita*.

No entanto, alerta Pena (2018) que o PIB *per capita*, também, possui limitações, visto não levar em consideração a distribuição de riqueza. É uma média aritmética simples, em que se calcula o total do PIB dividido pela população da região ou país, o que não revela as desigualdades, que a minoria dos cidadãos dispõe de riquezas e a maioria dos habitantes vive em condições de pobreza.

Em suma, o PIB e o PIB *per capita*, são noções importantes para revelar o quanto a economia de um determinado local ou país é dinâmica e se a mesma permite o desenvolvimento social e estrutural do local ou do país (Pena, 2018).

4.3 Investimento Direto Estrangeiro – IDE

O IDE é, atualmente, uma das faces mais visíveis do processo de globalização. Após décadas de ceticismo, existe hoje uma crença generalizada de que as empresas multinacionais podem ser um elemento importante na estratégia de desenvolvimento do país. Segundo Crespo e Fontora (2002, p.3), esta visão tem suscitado uma crescente

competição para a atracção de IDE, frequentemente, consubstanciada num tratamento preferencial concedido a empresa multinacional e na eliminação de diversas barreiras à entrada de IDE no país.

Define-se como sendo todo o subsídio vindo do exterior que é aplicado na estrutura produtiva doméstica de um país. Trata-se de uma forma de participação acionaria em empresas já existentes ou na criação de novos negócios que operem fora da área económica do investidor (Caixa Geral de Depósitos, 2007).

Medeiros (2003), defende que o IDE é realizado numa perspetiva de financiar o crescimento económico, estabilizar ciclos económicos através da transferência de poupança de países com excesso para países com escassez e, assim, contribuir para o ajustamento de contas externas ao amenizar o desequilíbrio da balança de pagamentos.

O FMI (1998), define o IDE como um investimento que visa adquirir um interesse duradouro numa empresa cuja exploração ocorre em outro país, que não o do investidor e com o objetivo de influenciar efetivamente na gestão da empresa em questão. A OCDE (1987) considera um investimento estrangeiro como investimento direto, quando este detém uma participação no capital de, no mínimo, 10% e pode exercer influência na gestão da empresa recetora.

Segundo o BPM¹⁵, citado pela United Nations Conference on Trade and Development – UNCTAD (2010), IDE refere-se a um investimento feito para adquirir um interesse duradouro em empresas que operam fora da economia do investidor; ou seja, o objetivo do investidor é obter uma voz efetiva na administração do empreendimento. A entidade estrangeira ou o grupo de entidades associadas ao investimento, é denominado "investidor direto" e a empresa na qual o investimento direto é feito é designada de "empresa de investimento direto".

Os efeitos do IDE sobre as economias recetoras são, usualmente, diferenciados entre os efeitos diretos e indiretos. Os diretos, referem-se, por exemplo a formação de capitais, geração de emprego, crescimento das receitas fiscais ou até mesmo a alteração da estrutura produtiva e das exportações dos países recetores. Todavia, as principais razões pela qual os países recebem o IDE é a provável melhoria do *know-how* em termos de técnicas de gestão, marketing, técnicas de produção e distribuição, e evolução tecnológica (Crespo & Fontora, 2006, p.3).

As principais características do IDE são as seguintes (Amal & Seabra, 2007):

¹⁵ *Balance of Payments Manual, 5ª ed.*

- i) O investidor estrangeiro possui o controlo total ou parcial do empreendimento que recebeu o capital;
- ii) Os ativos apresentam baixa liquidez;
- iii) Os prazos de permanência tendem a ser longos pelo próprio objetivo de constituir ou de participar em empreendimentos produtivos, cuja maturação é tão indefinida quanto o tempo de vida da empresa;
- iv) Investimento de risco, nomeadamente no que respeita a incerteza quanto ao prazo para o retorno e a rentabilidade do capital investido.

Segundo Nascimento (2008), para que ocorra um IDE, é necessário observar alguns requisitos como:

- i) Mão-de-obra: disponibilidade, custo e qualificação;
- ii) Mercado: dimensão e perspectiva de crescimento;
- iii) Acessibilidade geográfica e infraestrutural;
- iv) Incentivos ao IDE.

Contrariamente à algumas ajudas públicas, o IDE é um fluxo de financiamento que não acarreta dívida, permitindo a integração em circuitos de comércio internacional, para além de permitir a transferência de tecnologia e de capacidades de gestão (Nascimento, 2008).

Na ótica de Medeiros (2003), o IDE é qualificado como um investimento irreversível para o país recetor podendo, assim, acarretar benefícios à nível económico, político e social, tais como:

- i) Diminuição da taxa de desemprego, para além de estimular o emprego noutros setores da economia e, paralelamente, melhorar as condições remuneratórias e de trabalho;
- ii) Melhoria da qualificação dos trabalhadores, na medida em que disponibiliza o seu *know-how* e permite a transferência de tecnologia moderna;
- iii) Implementação das melhores práticas e técnicas de gestão, como consequência dos benefícios anteriormente referidos;
- iv) Permitir a parceria entre empresas estrangeiras e nacionais permitindo, assim, a expansão dos negócios das empresas nacionais;
- v) Provocar um aumento das receitas do Estado através das contribuições fiscais pagas pelas empresas estrangeiras;
- vi) Adicionalmente, acarreta melhorias na balança de pagamentos, tanto por via de aumento das exportações como pela substituição das importações.

Entretanto, Bonaglia e Goldstein (2006), fazem observar algumas críticas ao IDE, designadamente:

- i) As tecnologias utilizadas nos Países em Vias de Desenvolvimento (PVD), geralmente, são mais retrógradas do que as utilizadas no país de origem;
- ii) Pode-se desencadear o fenómeno “*race to the bottom*” em que os governos dos países recetores, por receio da retirada dos investidores externos, oferecem inúmeros incentivos fiscais, muitas vezes ignorando a degradação do meio ambiente e a violação dos direitos humanos.

Outro fator negativo que pode ser desencadeado pelo IDE, é a corrida desenfreada na atração de recursos, entre países e regiões, que podem gerar guerras de incentivos e escaladas de subsídios ineficientes, resultando, assim, num desperdício de recursos (Lehmann, 2007).

4.4 Dívida Pública

O conceito de dívida pública refere-se ao conjunto de dívidas que o Estado tem relativamente a outro país ou a particulares.

De acordo com Pereira (2001), dívida representa o montante, quer em dinheiro quer em bens, pelo qual uma pessoa, empresa ou país terá de saldar num determinado período de tempo. É o termo utilizado para retratar as situações do passivo do Estado, ou seja, todas as operações de crédito realizadas pelo Estado, através de empréstimos internos ou externos, serão contemplados nas contas do Estado como “dívida pública”.

O Estado contrai dívida através dos avales, dos débitos resultantes do crédito administrativo e da assunção de compromissos em contrapartida de atribuições patrimoniais (Pereira, 2001).

Aquando da referência da dívida governamental ou do departamento público apenas é considerado o sentido mais fechado da expressão “dívida pública” e só são consideradas as situações nas quais o Estado contrai empréstimos públicos (Pereira, 2001).

Segundo Silva (1987), todas as operações de crédito realizadas pelo Estado ou pelo setor público, feitas com o intuito de equilibrar o Orçamento de Estado ou destinadas ao financiamento de obras públicas, estão enquadradas na definição de dívida pública.

Na opinião de Sousa (1992, p. 196-197), o recurso ao crédito por parte do Estado acarreta para este a obrigação de reembolsar o capital emprestado e pagar juros ou, no mínimo, o dever de pagar juros ou rendas. Ora, do recurso ao crédito e da emissão dos

respetivos empréstimos resulta a dívida pública, cujas formas não de, naturalmente, variar em razão da natureza e da duração dos empréstimos emitidos pelo Estado.

Rezende (1987), apresenta um conceito encurtado, definindo a dívida pública como a consequência das operações realizadas pelo Estado aquando da tentativa de equilibrar o Orçamento de Estado ou mesmo na obtenção de receitas “extras”.

Segundo Ribeiro (1991), as dívidas adquiridas pelo Estado, isto é, as dívidas públicas são suscetíveis às seguintes distinções:

- i) Dívida interna, quando resultam de empréstimos internos;
- ii) Dívida externa, quando resultam de empréstimos externos.

Para Rezende (1987), as dívidas públicas podem ser classificadas como:

- i) Dívida fundada, a que resulta de empréstimos perpétuos e de empréstimos perpétuos de longo prazo;
- ii) Dívida flutuante, a que surge em decorrência de empréstimos temporários de curto prazo, concebidas para ocorrer a défices momentâneos de tesouraria.

Na perspetiva de Johnson (2000), as categorias da dívida envolvem os seguintes parâmetros:

- a) As Obrigações de Tesouro (OT)

As OT são consideradas instrumentos de médio/longo prazo, que são emitidos ao par e com juros pagáveis de forma variável, quer anual ou semestralmente, pelo Governo central de um país. Geralmente são expedidos em moeda nacional do país. É possível que um Governo de um determinado país emita títulos de OT que serão expressas em moeda estrangeira. O prazo geralmente é compreendido no período de 1 a 30 anos. As taxas de juro são fixas, amortizáveis no vencimento de acordo com o seu valor nominal, dependendo das especificações de cada país.

- b) O Bilhete de Tesouro (BT)

Os BT consistem em valores mobiliários de curto prazo, isto é, não mais que um ano. Disponibilizados através de leilões a desconto ou subscrição limitada e reembolsável no momento de vencimento pelo seu valor. A larga maioria dos países coloca os BT em mercado primário, certificado por um grupo de bancos e aceite pelo Banco Central, que representa o Estado.

São colocados à disposição através de leilões e, estes, posteriormente, são calendarizados e anunciados ao mercado. A elaboração do calendário é feita de forma a

assegurar que o montante emitido de cada série de BT seja suficiente para que a liquidez necessária e seja, também, suficiente desde a sua abertura.

Portanto, consiste na capacidade de saque a descoberto por parte do Estado que pode ter junto do Banco Central ou dos bancos comerciais capacidades de saque. Deste modo, o Governo poderá assumir dívidas provenientes de empresas públicas que estão a ser, ou já foram, privatizadas (Johnson, 2000).

Existem, ainda, os passivos condicionais que representam garantias que o Estado oferece sobre obrigações a pedidos de empréstimos. Especialistas afirmam que a razão do pedido de empréstimo deve ser, minuciosamente, analisada. A importância está no fato desta decisão afetar de forma direta o *stock* e os termos da dívida interna do país e, ainda, poderá afetar a reestruturação e/ou o alívio da mesma.

Segundo Johnson (2000, p. 8), existem três razões para contração de uma dívida pública interna:

a) Financiamento do *deficit* orçamental

Consiste na inabilidade do Governo de fazer face aos seus compromissos de despesas apenas com o recurso às receitas mobilizadas a nível nacional (impostos e direitos, doações e empréstimos de fontes externas) portanto, deste modo, o Governo tentará angariar estes fundos dentro do território nacional;

b) Implementação de política monetária

Através de operações de mercado livre, o Governo implementará políticas monetárias que resultarão na alteração da oferta de moeda na economia. Isto só é possível com a compra ou venda de títulos do tesouro;

c) Desenvolvimento do setor financeiro

Com o intuito de desenvolver os mercados do setor financeiro é necessário que haja uma oferta e uma gama de instrumentos financeiros firmes que possam ser negociados. O processo inicia-se com o Governo oferecendo, geralmente, títulos de tesouro a curto prazo pois, estes títulos proporcionam rentabilidade e estimulam a confiança dos investidores nos instrumentos públicos da dívida.

Assim, para analisar a dívida pública é necessário analisar a proporção do *stock* da dívida que está a ser usada para financiar o orçamento do Estado e para operações no mercado livre. Um aspeto legal a ser considerado é o da emissão de garantias públicas para empréstimos à empresas públicas.

4.5 Balança de Pagamentos

A Balança de Pagamentos de um determinado país consiste num mapa onde são registadas todos os fluxos financeiros relativos a todas transações desse país com o resto do mundo durante um determinado período de tempo, geralmente um ano (Paulo Nunes, 2016).

A Balança de Pagamentos na perspetiva de Émerson Santiago (2018) é composta por duas componentes principais:

a) A Balança de Transações Correntes (Conta Corrente ou Transações Correntes)

A Balança de Transações Correntes regista transações como as exportações e as importações de mercadorias e de serviços, os rendimentos provenientes de investimentos e as transações unilaterais, isto é, sem existência de uma contrapartida. É composto pelo saldo da Balança Comercial, Balança de Serviços e Transferências Unilaterais.

A Balança de Transações Correntes corresponde, desta forma, ao rendimento líquido de um país. No caso de apresentar um saldo positivo (*superavit*), significa que houve maior entrada de recursos, o que contribui para a acumulação de créditos sobre o exterior. No caso de apresentar um resultado negativo (*deficits*), significa que houve maior saída de recursos, o que contribui para a acumulação de dívida ao exterior.

b) A Balança de Capitais (Conta Capital ou Financeira)

A Balança de Capitais é onde são registadas as compras e as vendas de ativos. Enquadra ainda os investimentos diretos estrangeiros e investimentos em carteira.

Um resultado positivo da Balança de Pagamentos equivale a um aumento das reservas internacionais, ou seja, um aumento de divisas que entram no país na forma de investimento direto, empréstimos, financiamentos ou captações. Essas divisas serão trocadas por escudos nos bancos, para se poder fazer uso dos mesmos. Os escudos são injetados na economia e as divisas são retidas no Banco Central.

Por sua vez, um resultado negativo da Balança de Pagamentos significa que há necessidade de financiar esse défice através, por exemplo, da venda de títulos representativos de dívida.

O Tabela 4 representa uma estruturação simplificada de uma Balança de Pagamentos.

Tabela 4 - Estrutura simplificada de uma Balança de Pagamentos

BALANÇA DE PAGAMENTOS
1. Transações Correntes
1.1 Balança Comercial
1.1.1 Exportações
1.1.2 Importações
1.2 Serviços
1.2.1 Fretes
1.2.2 Viagens
1.2.3 Seguros
1.2.4 Financeiros
1.2.5 Royalties e Licenças
1.2.6 Alugueres
1.2.7 Serviços Governamentais
1.2.8 Outros Serviços
1.3 Transferências Unilaterais
2. Conta Capital e Financeira
2.1 Investimento Direto
2.2 Investimento em Carteira
3. Erros e Omissões
4. Resultado da Balança de Pagamentos (1 + 2 + 3)

Fonte. Émerson Santiago, Balança de pagamentos (2018)

A Balança Comercial, segundo Kenen (1998, p.21), é onde se encontram registados todas transações de importação e exportação realizadas por um país ou Estado durante um determinado período de tempo. Existem dois cenários na Balança Comercial; o primeiro cenário, consiste nas exportações que excedem as importações, ou seja, são superiores as importações assim, diz-se que houve um *superavit*. No caso inverso, diz-se que houve *deficit*.

O resultado da Balança Comercial está, pois, diretamente ligado às políticas governamentais implementadas no país, visto que as importações podem ser utilizadas como um mecanismo de controlo de preços. Por exemplo, se os preços nacionais estiverem elevados, para além dos interesses governamentais, o Governo facilita a importação de

produtos semelhantes com o intuito de forçar a concorrência a reduzir os preços dos produtos em questão. O inverso também pode acontecer, quando a intenção é de proteger os produtos nacionais (Kenen, 1998, p.21).

Deste modo, é muito importante que o resultado da Balança Comercial seja de *superavit*, visto que ajuda os países a saldar as suas dívidas com os seus parceiros económicos, em moeda estrangeira resultante das importações ou até mesmo o pagamento de juros e amortizações de empréstimos contraídos no exterior (Kenen, 1998, p.21).

As pequenas economias insulares possuem um conjunto de características próprias que as expõem a alguns problemas, entre eles a grande dependência de recursos exteriores e o consequente défice na balança de pagamentos. Segundo Hein, *et. al* (1998) essas características são nomeadamente:

- i) Pequena dimensão: a dimensão corresponde a uma limitação, na medida em que a reduzida população poderá ser insignificante para criar um mercado interno forte e dinâmico;
- ii) Insularidade: o fenómeno da insularidade traz consigo algumas consequências do ponto de vista económico, nomeadamente a dificuldade da rápida circulação de bens e pessoas.

As regras económicas ensinam que quando um país exporta mais do que importa, empresta inevitavelmente uma quantidade equivalente de fundos ao exterior, os quais permitem ao estrangeiro comprar a sua produção em excesso. Inversamente quando um país importa mais do que exporta, como é o caso de Cabo Verde, tem de pedir um empréstimo ao estrangeiro para financiar a diferença. Assim, passa a ter um défice na balança de pagamentos e a situação tende a agravar-se porque no futuro o valor emprestado terá que ser pago com juros.

CAPÍTULO V: CARACTERIZAÇÃO DA ECONOMIA DE CABO VERDE COM BASE NOS INDICADORES MACROECONÓMICOS

5.1 Caracterização da Economia de Cabo Verde

Cabo Verde é um país relativamente novo, com cerca de 43 anos. Depois da sua independência em 1975, os dirigentes do país optaram pela centralização das principais atividades económicas, nomeadamente comercial, industrial e serviços (financeiros, transportes, construção e turismo). Os poucos privados que existiam desempenhavam papéis pouco relevantes na atividade económica enquanto pequenos e médios empresários. Segundo Livramento (2013), na época colonial, prevalecia a economia de subsistência, altamente financiada pelos orçamentos da então Metrópole Portuguesa, geradora de crises periódicas onde prevaleciam as fomes e mortandades, as últimas conhecidas como Fome de 47 (ano de 1947).

Ainda na ótica de Livramento (2013), com a abertura política e eleições multipartidárias em 1991, o país encetou profundas reformas económicas portadoras da liberalização económica e abertura da economia ao exterior, deixando o Estado de ser o principal agente económico, transferindo essa função para os investidores privados, nacionais e estrangeiros. Iniciam as privatizações, a liberalização do comércio, a reforma do sistema financeiro e cambial numa visão estratégica de enquadramento da economia cabo-verdiana na economia global. O Estado passa, progressivamente, a ter um papel de promotor e regulador do sistema económico.

O objetivo fundamental era, e continua a ser, mitigar a insularidade e a forte dependência das transferências externas, públicas ou privadas, estabilização dos indicadores macroeconómicos e promover o desenvolvimento económico e social. Para o efeito era necessário construir uma base económica para o crescimento sustentado, aumento do emprego e das exportações, reforço da livre iniciativa do mercado, ativa participação do setor privado, aumento do investimento estrangeiro, aposta no turismo, melhoramento dos transportes, comunicações, energia, entre outros, esclarece o autor que vimos citando.

Cabo Verde tinha a ambição, mas dispunha à partida de condições endógenas adversas que punham em causa essa mesma ambição, designadamente a insularidade, a reduzida pluviosidade e por vezes períodos de seca e ausência de recursos naturais. A

economia era orientada para o setor de serviços com cerca de 72% do PIB, onde se destaca o Turismo com cerca de 20% dos serviços. Mais de 80% do consumo vem do exterior, o que torna o país fortemente dependente.

São estas as principais razões porque Cabo Verde apresenta elevados défices comerciais recorrentemente financiados pela ajuda externa (30% do PIB) e pelas remessas dos emigrantes (31%)

Contudo, Cabo Verde apresenta uma boa gestão à nível macroeconómico e políticas monetária e cambial favoráveis à expansão da atividade económica, o que propicia a atração de investimento privado e de comércio externo. Entretanto, alguns fatores constituem barreiras ao investimento/crescimento em Cabo Verde, nomeadamente: as infraestruturas deficientes, a fraca intermediação financeira, os altos custos nas ligações estabelecidas entre as ilhas do arquipélago e o forte desvio existente entre as necessidades do mercado e as áreas de formação do capital humano (Brito, 2014).

A partir da década de 90, o crescimento económico em Cabo Verde (6%) foi acompanhado por um aumento significativo da população ativa (3,7%). De acordo com os dados do INE, a população residente em Cabo Verde apresentou uma taxa média de crescimento anual de 1,2%, atingindo o valor de 531.239 pessoas em 2016, onde 56% se encontra concentrada na ilha de Santiago. Em 2018 prevê-se que a população residente em Cabo Verde atinga os 544.081 pessoas (INE, 2017).

Durante muito tempo, a economia de Cabo Verde foi caracterizada por elevadas taxas de desemprego. Contudo, melhorias significativas foram alcançadas com o decorrer dos anos. A taxa de desemprego atingiu os 15% em 2016, tendo baixado para 12,2% em 2017 (INE, 2016).

O setor dos serviços constitui o principal impulsionador da economia cabo-verdiana, isto é, a economia de Cabo Verde está, fortemente, dependente do capital externo e, apesar de apresentar um crescimento económico considerável, a taxa de desemprego permanece alta e a dívida pública é extremamente elevada (Brito, 2014).

Portanto, segundo Brito (2014), as políticas do Governo cabo-verdiano devem ser elaboradas com o objetivo de ultrapassar esses entraves ao desenvolvimento.

5.2 Indicadores Macroeconómicos na Economia de Cabo Verde

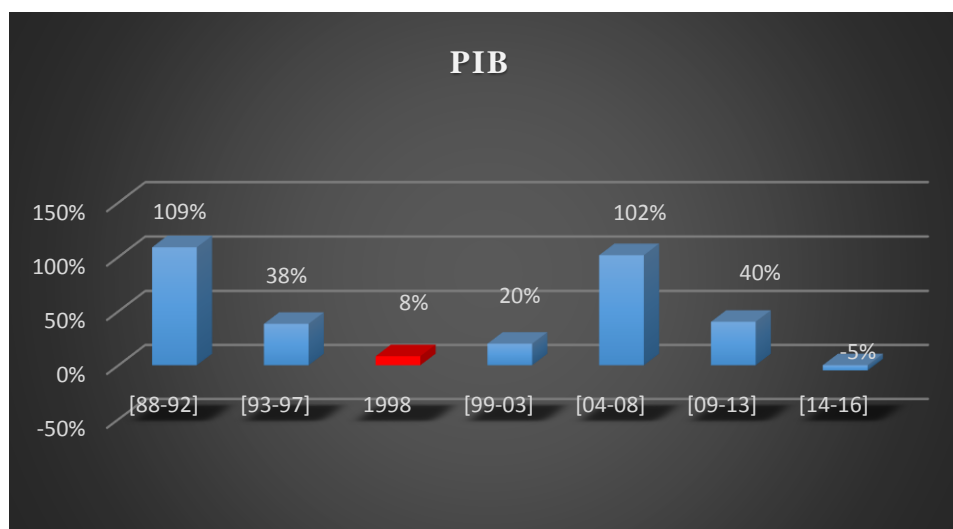
5.2.1 PIB de Cabo Verde

Cabo Verde tem vindo a apresentar ao longo dos anos um crescimento assinalável do PIB e do PIB *per capita*. O valor mínimo apresentado pelo PIB de Cabo Verde foi em 1975, facto que está naturalmente ligado à transição política de Cabo Verde e, em contrapartida, o valor máximo do PIB foi alcançado em 1999 (Brito, 2010; Nascimento, 2008).

O crescimento económico de longo prazo apresentado por Cabo Verde é satisfatório, comparativamente aos outros pequenos países do continente africano.

O Gráfico 2 representa a evolução média do PIB considerando séries temporais de 5 anos. A barra em vermelho representa a data da assinatura do ACC e as em azul correspondem às séries temporais de intervalo de 5 anos, excetuando a última série que é constituída por três anos.

Gráfico 2 - Evolução média do PIB nas séries estipuladas



Fonte: <https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.CD?view=chart>

Observando as informações contidas no Gráfico 5.1, constata-se que entre 1988 e 1992 o PIB teve um aumento médio de 109%. Em relação à segunda série temporal (1993-1997), o PIB representou um aumento de cerca de 38% em relação à primeira série.

A terceira barra do gráfico representa o ano de referência, isto é, o ano de assinatura da ACC (1998). Nela observa-se que o PIB atingiu um acréscimo de cerca de 8% em relação à série temporal anterior.

De 1999 a 2003, o PIB obteve um aumento de 20% em relação ao ano de referência (1998).

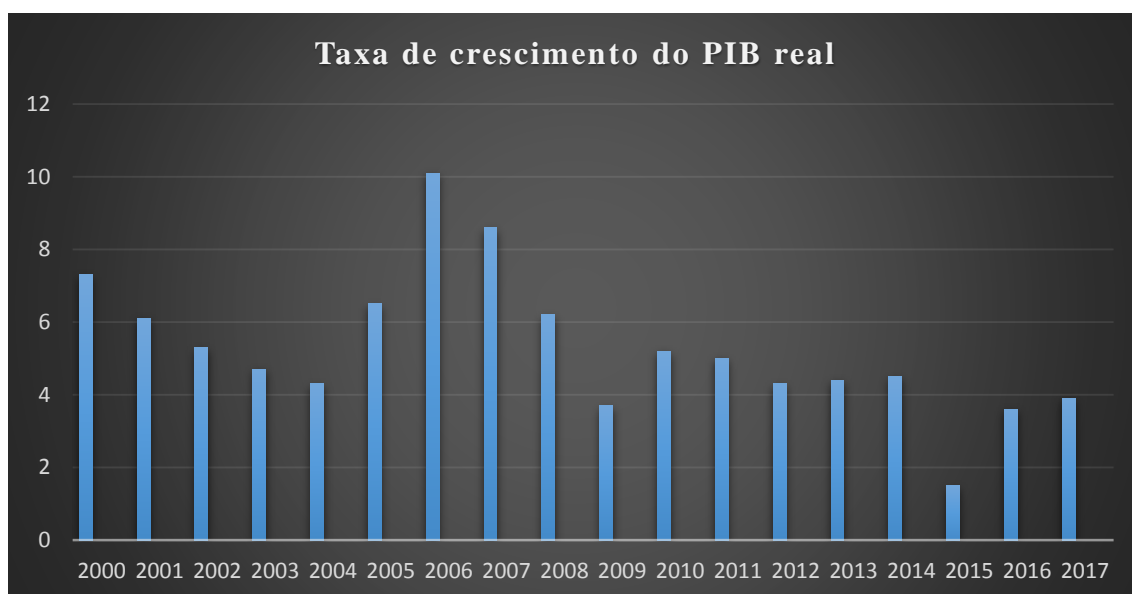
O valor do PIB, entre 2004 a 2008, obteve um aumento de cerca de 102% em relação à quarta série.

Por sua vez, na quinta série temporal (2009-2013), pode-se observar que o valor médio sofre um aumento de 40% em relação à série antecedente.

Por fim, de 2014 a 2016, verifica-se que o valor do PIB sofre um decréscimo de 5% em relação à penúltima série.

O Gráfico 3 mostra a evolução da taxa de crescimento do PIB real desde o ano 2000 até 2017. Constatase que o ano 2006 foi um ano extraordinário com um crescimento de 2 dígitos. De resto, excetuando os anos 2000, 2001, 2007 e 2008 o crescimento médio tem-se situado à volta dos 4,5%.

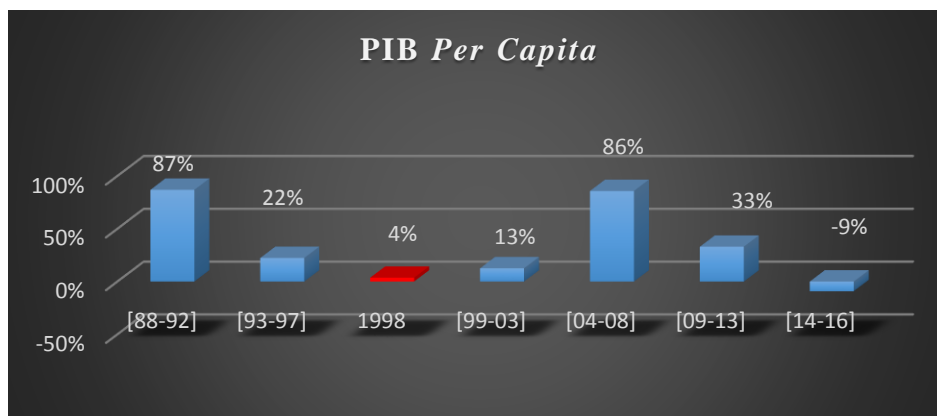
Gráfico 3 - Evolução da taxa de crescimento do PIB real de Cabo Verde



Fonte: Elaboração própria com base em dados do Banco Espírito Santo; INE; Banco de Portugal.

Em relação ao PIB *per capita* a evolução foi semelhante, como se pode reparar no Gráfico 4, que mostra a evolução média deste indicador em séries temporais. Não obstante o crescimento da população que no ano 2000 era de cerca de 444.921 habitantes, em 2016 era de 531.239 pessoas residentes (INE, 2017).

Gráfico 4 - Evolução média do PIB *per capita* nas séries estipuladas



Fonte: (World Bank) <https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.PCAP.CD?view=chart>.

Ao se analisar o Gráfico 4, constata-se que, de 1988 a 1992, o PIB *per capita* obteve um aumento cerca de 87%. Na segunda série temporal (1993-1997), o valor médio do PIB *per capita* obteve um acréscimo de 22% em relação à série anterior.

Na terceira barra do gráfico, que representa o ano de referência, pode-se observar que, nesse ano (1998), o PIB *per capita* atingiu um acréscimo de cerca de 4% em relação à segunda série temporal.

Na quarta barra do gráfico, que representa a quarta série temporal (1999-2003), constata-se que o PIB *per capita* obteve um acréscimo de 13% em relação ao ano de referência (1998).

Entre 2004 e 2008, o PIB *per capita* obteve um valor médio de cerca de 2.616 dólares, o que traduz um aumento de cerca de 86% em relação à quarta série.

Por sua vez, na quinta série temporal (2009-2013), observa-se que o valor médio do PIB *per capita* atingiu um valor que equivale a um aumento de 33% em relação à série antecedente.

Por fim, de 2014 a 2016, verifica-se que o PIB *per capita* atingiu um decréscimo de 9% em relação ao período anterior.

De realçar que no ano de 2011, Cabo Verde ultrapassou todos os países que em 1970 tinham, praticamente, o mesmo nível de PIB *per capita*, com exceção da Guiné Equatorial (Brito, 2014).

Entre 1993-1998 o PIB nacional sofreu um crescimento significativo, em que as exportações foram a componente que apresentou maior crescimento e, esse fato, deve-se à instalação de empresas francas em Cabo Verde (exportações de produtos manufaturados -

calçados e confeções) e à expansão do setor turístico e dos serviços ligados ao transporte aéreo e marítimo (Nascimento, 2008; Trading Economics, 2018).

A esperança média de vida progrediu 5% na década de 90 e a alfabetização da população ativa constituiu uma das prioridades do Governo nesse período. Portanto, acredita-se que os elevados investimentos em infraestruturas, equipamento, novos sistemas e em recursos humanos contribuíram, imensamente, no processo de recuperação económica apresentado por Cabo Verde (Boletim Económico, 2002).

Entre 1999 e 2005, o PIB nacional continuou a crescer impulsionado, principalmente, pelo grande fluxo do IDE, especialmente em hotéis e na construção civil, tendo repercussões significativas no índice de desenvolvimento humano (Boletim Económico, 2002).

No ano 2000, as importações representaram a maior parte percentual do PIB e, estas importações, foram financiadas sobretudo pelas transferências externas, ajudas e remessas de emigrantes (Boletim Económico, 2002; Boletim Económico, 2006).

O ano de 2005 beneficiou de um melhor desempenho económico do turismo face ao ano de 2004. Em 2005, as reservas internacionais líquidas da Autoridade Monetária atingiram os 17,7% do PIB, refletindo as entradas de divisas para o Estado no quadro da ajuda orçamental, bem como desembolsos da dívida externa para execução de projetos públicos (Boletim Económico, 2006).

Constata-se, pois, que a atividade económica nacional acelerou-se em 2005. Essa aceleração refletiu num maior contributo da procura interna traduzindo, assim, comportamentos mais dinâmicos do consumo e do investimento. Entretanto, o contributo da procura externa líquida foi negativo, refletindo o acréscimo das importações de bens e serviços (Boletim Económico, 2006).

Não obstante, as exportações nacionais registaram um comportamento positivo no ano de 2005, em resultado do aumento das exportações de serviços e de bens. Apesar disso, a procura externa líquida teve um contributo negativo para o PIB nesse ano devido a taxa de cobertura das exportações pelas importações ser marginal (Boletim Económico, 2006, Nascimento, 2008).

Entre 2006 e 2011, o PIB de Cabo Verde apresentou um crescimento significativo, atingindo os dois dígitos, o que pode ser justificado pela maior entrada de IDE e dos investimentos públicos em infraestruturas, bens e equipamentos e a nível dos transportes (Boletim Económico, 2007; Relatório Anual, 2012).

A atividade económica nacional do ano de 2006, medida face ao crescimento do PIB, continuou a crescer, sofrendo uma desaceleração no seu ritmo de crescimento em 2007. Este desempenho menos favorável deve-se pelo abrandamento da procura interna, em particular pela realização de investimentos públicos num valor aquém ao previsto (Boletim Económico, 2007).

Em 2009 ocorreu a recessão da economia cabo-verdiana, determinada pela redução das exportações de bens e serviços, bem como dos investimentos. Contudo em 2010, houve uma aceleração do ritmo de crescimento do PIB, o que pode ser explicado pela recuperação das exportações e o forte crescimento dos investimentos públicos (Relatório Anual, 2012; Relatório Anual, 2013).

Entretanto, as contas externas deterioraram-se, significativamente, em 2011, ano em que o défice em conta corrente atingiu uma percentagem significativa do PIB, determinado pela aceleração das importações de bens, redução dos donativos e diminuição das exportações de serviços de transportes aéreos (Relatório Anual, 2012).

Entre 2012-2016, o PIB nacional decresceu, em parte devido a crise europeia que provocou a redução dos influxos do IDE (desde 2009) e, mais recentemente, devido à redução das exportações de mercadorias, da ajuda pública ao desenvolvimento e à desaceleração das remessas de emigrantes face ao apoio familiar (Anuário Estatístico, 2017; Relatório Anual, 2013; Relatório Anual, 2017).

A redução destas importantes fontes de financiamento da economia cabo-verdiana condicionou o crescimento económico que permanece fraco desde 2009, não obstante a implementação de uma política orçamental contra cíclica (Nascimento, 2008).

Entretanto, em 2016, em termos nominais (corrente) e reais (em volume), o PIB cresceu relativamente ao ano 2015. Acredita-se que esse crescimento possa ser justificado, essencialmente, pela evolução positiva dos ramos de Indústria Transformadora (9,7%), Serviços Financeiros (9,4%), Serviços às Empresas (8,9%), Administração Pública (8,3%) e Agricultura (7,7%) (Anuário Estatístico, 2017; Relatório Anual, 2017).

Em 2016, a economia cabo-verdiana evidenciou um assinalável dinamismo, favorecido pelas melhorias das condições laborais e de financiamento nos principais mercados turísticos do país, nos países acolhedores de emigrantes cabo-verdianos e nas economias financiadoras do país (Anuário Estatístico, 2017; Brito, 2014; Relatório Anual, 2017).

Adicionalmente, acredita-se que a conjuntura de decréscimo da inflação importada, o fortalecimento da confiança na economia nacional e a consequente redução de restrições internas ao financiamento de projetos privados, bem como a manutenção de políticas macroeconómicas acomodatórias beneficiaram a economia nacional (Anuário Estatístico, 2017; Brito, 2014; Nascimento, 2008; Relatório Anual, 2017).

⇒ Análise do PIB na Ótica da Produção

Ao analisar o PIB na ótica da produção, nomeadamente o Valor Acrescentado Bruto (VAB), no período 1993-2016, constata-se que o setor terciário é o que apresenta o maior contributo no crescimento do VAB, seguido do setor secundário e do primário.

Entre 1993-1998, o VAB nacional apresentou um aumento significativo, em que o setor com a maior taxa anual de crescimento foi o dos transportes e comunicações.

Em 1995, deu-se a “Revolução nas Telecomunicações” em Cabo Verde, ou seja, a reorganização desse setor e os grandes investimentos em tecnologia realizados no âmbito da parceria com a Portugal Telecom, resultaram num progresso extremamente rápido das telecomunicações no país. Adicionalmente, a evolução do setor turístico e de prestações de serviços ligados ao tráfego aéreo foram os principais impulsionadores desse nível de crescimento nesse período.

Entre 1999-2005, o VAB nacional manteve o efeito de crescimento apresentado ao longo dos anos anteriores. Acredita-se que esse crescimento tenha sido impulsionado pelo clima económico favorável observado em todos os sectores de atividade, particularmente nos setores do comércio, do turismo e, por último, dos transportes.

Constata-se, no entanto, que os anos 2001 e 2002 apresentaram alguma desaceleração no valor do VAB, devido aos impactos nos voos internacionais causados pelo atentado terrorista de 11 de Setembro nos EUA.

Entre 2006-2011, o VAB nacional continuou a crescer, tendo atingido um valor significativo em 2011. Nesse ano o ramo de comércio, restaurantes e hotéis foi o que mais cresceu, seguido do ramo da construção civil. O crescimento do setor do comércio, restaurantes e hotéis está associado ao grande dinamismo e desenvolvimento do turismo ao longo desse período. Por sua vez, o crescimento no setor da construção foi motivado pela política de infraestruturização do país, seguida pelo Governo, e pelos IDE ligados ao turismo (construções de hotéis e *resorts*).

Entretanto, constata-se uma certa desaceleração no crescimento do VAB em 2008 e 2009, devido ao abrandamento da atividade económica na União Europeia, que é o principal mercado de origem dos turistas que visitam Cabo Verde.

Entre 2012-2016, o VAB manteve o seu crescimento. Nesse período o setor terciário foi o que mais influenciou o crescimento, representando a maior parte do VAB, seguido do setor secundário e, por fim, pelo setor primário. No ano de 2016, o mesmo cenário se verificou, em que o setor terciário continuou a ser o que mais influencia o crescimento do VAB.

Porém, a influência do setor secundário no VAB sofreu um aumento face à 2012. Por sua vez, o setor terciário manteve o seu contributo, com destaque para o setor dos serviços. Em 2016, o setor terciário, também, foi o que mais contribuiu para o aumento do PIB, seguido pelos setores secundário e primário.

5.2.2 IDE em Cabo Verde

Os fluxos gerados pela economia de Cabo Verde, desde sempre, foram insuficientes para financiar o seu desenvolvimento, devido aos constrangimentos relativos à falta de recursos naturais, ao défice da balança comercial e à dimensão e fragmentação do território. Neste sentido, o capital estrangeiro surge como um recurso estratégico no desenvolvimento de Cabo Verde, sendo um instrumento chave para colmatar alguns défices da economia cabo-verdiana (Nascimento, 2008).

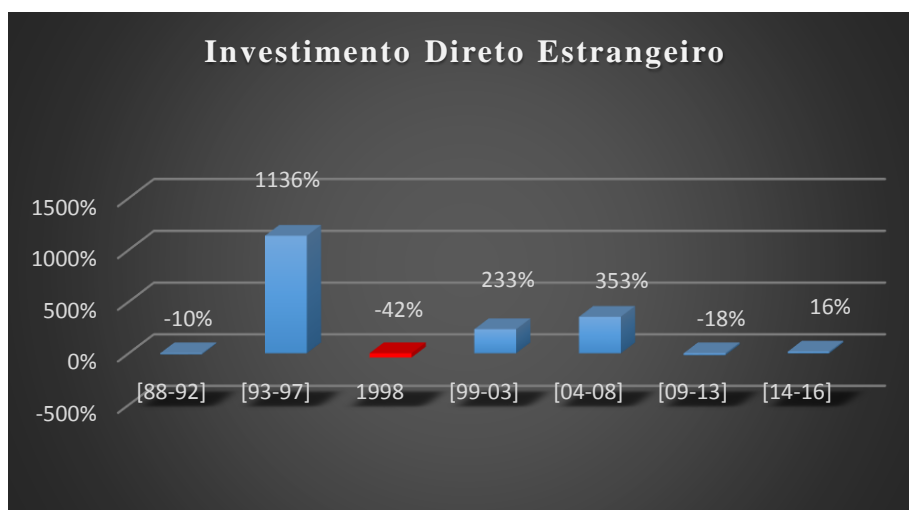
Cabo Verde tornou-se país independente em 1975, mas somente a partir das reformas económicas dos anos noventa começou a aceitar e a promover descomplexadamente e sem desconfiança o IDE no seu território. Os responsáveis cabo-verdianos perceberam que, face as suas fragilidades, a estratégia a ser seguida deveria passar por um modelo de integração económica internacional com grande aposta no IDE (Livramento, 2013). Nessa década, o Governo cabo-verdiano implementou um conjunto de medidas que visavam promover a iniciativa privada.

Contudo, o mercado cabo-verdiano apresentava, e apresenta, diversas limitações para atrair o IDE, desde logo a falta de *know-how*, em termos humanos e em termos tecnológico, falta de infraestruturas adequadas, necessidade de melhorar o enquadramento legal, entre outras. Embora com consideráveis atrasos e desacertos nas prioridades, verifica-se que houve grandes investimentos em infraestruturas económicas, na formação

de recursos humanos, adequação da legislação e, por isso, o IDE tem vindo a destacar-se como um dos principais motores de desenvolvimento de Cabo Verde (Nascimento, 2008).

O Gráfico 5 mostra como o Investimento Direto Estrangeiro em Cabo Verde, tem vindo a evoluir.

Gráfico 5 - Evolução média do IDE nas séries estipuladas



Fonte: <https://data.worldbank.org/indicator/BN.KLT.DINV.CD?view=chart>.

Constata-se que de 1988 a 1992 o IDE apresentou uma diminuição de 10%. Entretanto, na segunda série temporal (1993-1997), o IDE obteve um aumento de cerca de 1136%.

Tendo em conta terceira barra do gráfico, que representa o ano de referência, o IDE atingiu um decréscimo de cerca de 42% em relação à série temporal anterior.

Na série temporal seguinte, de 1999-2003, o IDE obteve um acréscimo de 233% em relação ao ano de referência (1998), considerado um crescimento extraordinário.

Entre 2004 a 2008, o IDE obteve aumento de cerca de 353% em relação à quarta série.

Na quinta série temporal (2009-2013), observa-se que o valor do IDE sofreu uma descida de 18% em relação à série antecedente.

Por fim, na série temporal de 2014 à 2016, nota-se um novo aumento do IDE em cerca de 16% em relação à série anterior.

A maior parte do IDE realizado em Cabo Verde até ao ano 2000, corresponde aos investimentos realizados em hotéis e outros investimentos no setor do turismo. Os investimentos realizados na indústria transformadora também contribuíram para o valor do

IDE. Durante o período de 1998-2000, o grosso das transferências de capital no âmbito do IDE provieram de Portugal, Reino Unido e Itália (Boletim Económico, 2000).

O fluxo de IDE é a fonte de capital externo que mais contribui no financiamento da economia cabo-verdiana, sendo refletida na Balança de Capital e de Operações Financeiras. Os projetos aprovados em 2007 cifram-se nos dez dígitos (em euros), sofrendo um aumento comparativamente à 2006 (Nascimento, 2008).

No período 2005-2010, a maior parte do IDE foi de origem Europeia, sendo a Espanha o principal investidor, seguido de Portugal. Entre 2005 e 2008, o influxo anual do IDE sofreu um decréscimo. Em 2010, o IDE permaneceu com um perfil descendente, apesar de menos pronunciado que o apresentado no ano anterior. Deste modo, os fluxos do IDE diminuíram, o que compara à queda verificada em 2009. Em 2008, o IDE representava um valor percentual significativo face ao PIB nacional (Relatório Anual, 2011).

No que toca o período 2011-2016, a Espanha foi o principal investidor e, em relação ao destino dos investimentos externos, o setor do turismo foi o dominante, representando mais de metade do valor do IDE. Nesta mesma linha, em 2011, os influxos de IDE diminuíram (Relatório Anual, 2012).

Em 2013, prevaleceu a redução dos influxos de IDE, resultante tanto da contração das participações externas nas empresas residentes, como na redução dos investimentos imobiliários, incluindo dos emigrantes contribuindo, assim, para a queda do excedente financeiro (Relatório Anual, 2014). O IDE, em 2013, obteve um decréscimo considerável, representando menos de dois dígitos percentuais. Entretanto, em 2014, o IDE aumentou, voltando a decrescer no ano seguinte, apresentando um carácter oscilativo (Relatório Anual, 2017).

Em 2016, apesar do aumento dos influxos de IDE, a redução dos lucros reinvestidos e das responsabilidades das empresas de capital externo com os seus investidores determinaram o decréscimo do saldo global do IDE (Relatório Anual, 2017).

➤ **Determinantes do IDE em Cabo Verde**

Em termos gerais, os mercados externos têm vindo, de forma progressiva, a competir uns com os outros com o intuito de estabelecer melhores condições para a captação de fluxos de IDE (ICEP, 2006). O objetivo é claro, da entrada em mercados

maiores, custos de *inputs* menores, infraestruturas mais qualificadas que poderão influenciar a opinião dos investidores externos.

Assim, para além do quadro das políticas nacionais que influenciam de forma direta ou indireta o IDE, são, ainda, equacionadas outras características das economias recetoras do IDE, em função das orientações estratégicas das principais organizações investidoras, nomeadamente a localização e as medidas de facilitação dos negócios a serem implementados pelos respetivos governos.

Segundo Morreira e Perreira (2007, p.19), os principais fatores para o IDE em Cabo Verde são os seguintes: (i) Estabilidade política; (ii) Procura de novos mercados; (iii) Segurança do sistema jurídico regulador do IDE em Cabo Verde; (iv) Estabilidade cambial; (v) Dimensão e crescimento do mercado local; (vi) Possibilidade de explorar vantagens específicas das empresas; (vii) Localização geográfica.

A Câmara do Comércio, Indústria e Turismo Portugal Cabo Verde - CCITPC (2016) argumenta que, um dos motivos principais para o investimento em Cabo Verde resulta do fato de, por um lado, alguns destinos turísticos concorrentes estarem saturados, nomeadamente Caraíbas, Portugal, Espanha, etc., e, por outro lado, as taxas de valorização turística insatisfatórias, com valores entre os 5 a 8,5%, motivam a pressão para a descoberta de novos destinos turísticos, que são capazes de gerar valores esperados.

Cabo Verde tem a vantagem de ter um clima ameno durante praticamente todo o ano, com muito sol, frentes marítimas boas e taxa de valorização elevado.

Em termos fiscais o imposto sobre património é relativamente baixo, a mão-de-obra é acessível e a rentabilização do investimento é possível durante todo o ano. Estes fatores compensam o agravado preço de construção devido à insularidade e deficiências no sistema portuário.

Pode-se constatar que o turismo constitui um subsetor estratégico para o desenvolvimento do país, principalmente nas ilhas de Sal e Boa Vista. Em todo o arquipélago pratica-se o turismo rural e de praias. De acordo com CCITPC (2010), em 2010 o turismo captava 4.400 milhões de euros dos investimentos diretos e representava 40% do PIB. Em 2015 captava 28 mil milhões de euros do investimento e representava aproximadamente 50% do PIB.

Deste modo, pode-se concluir que o perfil apresentado por Cabo Verde é bastante favorável, principalmente por estar a uma distância de 4h00 a 5h30 dos principais

mercados turísticos emissores e compradores de residências, como por exemplo os britânicos.

5.2.3 Dívida Pública de Cabo Verde

A Dívida Pública de cabo-verdiana pode ser analisada em dois períodos distintos e complementares: Antes e depois da crise de 2008.

a) Antes da Crise de 2008

Antes da crise de 2008, o crescimento da dívida pública era pouco expressiva, apresentando uma média de crescimento anual na ordem dos 3,5%. Como se pode constatar no Tabela 5, a Dívida Pública chegou a decrescer nos três últimos anos, tendo chegado à 67,9% do PIB.

Tabela 5 - Evolução da dívida pública

	2005	2006	2007	2008
Dívida Pública (% PIB)	95,7	86,8	73,9	67,9

Fonte: FMI

Durante este período os indicadores macroeconómicos que influenciam a variação da *stock* da dívida pública, designadamente o défice orçamental, o crescimento económico, a evolução da taxa de câmbio e a inflação, tiveram uma performance favorável no controlo da dívida, mantendo-a estável, sem provocar ou contribuir para o seu crescimento (Livramento, 2013).

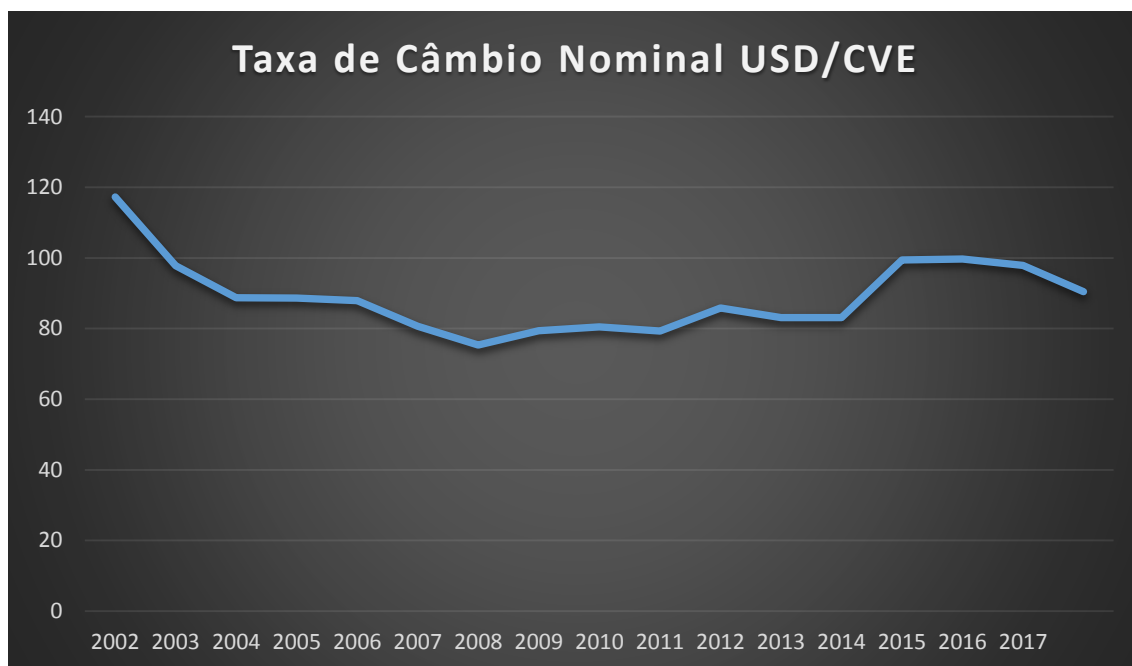
O saldo orçamental teve tendência decrescente, chegando mesmo a ser positivo em 2007, o que significa que o Estado não teve necessidade de se endividar nesse ano, pelo contrário, acumulou haveres que lhe serviriam para serem utilizados no financiamento do orçamento do ano seguinte, explica Livramento (2013). As reformas fiscais foram determinantes, tendo-se destacado a introdução do Imposto sobre Valor Acrescentado (IVA) em 2004 que contribuiu, e muito, para aumentar as receitas fiscais do Estado e consequentemente para melhorar a balança do orçamento do Estado, conclui.

O crescimento económico também contribuiu, na medida em que crescia de forma mais expressiva do que a dívida. A inflação manteve-se estável.

A taxa de câmbio nominal, como se pode ver no Gráfico nº 6, teve em geral uma tendência decrescente, mostrando que ao longo do período em referência houve uma

depreciação considerável do dólar em relação ao escudo. Trata-se de um dado importante na medida em que a maior parte da dívida é externa, e este serviço e o “stock” deste componente são feitos em divisas.

Gráfico 6 - Evolução histórica da Taxa de Câmbio Nominal USD/ECV



Fonte: Elaboração própria com dados do BCV.

b) Depois da crise de 2008

Neste período a dívida aumentou consideravelmente ultrapassando largamente o limite estipulado por lei. O crescimento que era pouco expressivo começou a ganhar expressão, tendo atingido um crescimento de 21% em 2010, relativamente ao ano precedente, um crescimento jamais visto na história do endividamento de Cabo Verde independente, refere Livramento (2013) na sua análise à Dívida Pública cabo-verdiana.

Como se pode verificar no Gráfico nº 7, a dívida pública de Cabo Verde tem vindo a crescer ao longo dos anos, tendo registado em 2017 a primeira redução em 10 anos, situando-se agora nos 126,5% do Produto Interno Bruto

Gráfico 7 - Dívida Pública % PIB



Fonte: Trading Economics - Zulu Trade.

Da análise realizada, o crescimento expressivo da dívida deve-se ao aumento do défice orçamental provocado pelo aumento significativo do investimento público, feito na sua maioria com recurso a empréstimos. Várias crises ocorridas nesse período afetaram o desenvolvimento de Cabo Verde, nomeadamente a crise financeira, petrolífera, imobiliária e, como se não bastasse, surgiu a graduação de Cabo Verde a país de desenvolvimento médio, reduzindo por isso as ajudas ao desenvolvimento e os empréstimos concessionais.

Segundo o FMI, Cabo Verde alcançou uma consolidação orçamental impressionante nos últimos anos, mas a redução da dívida pública tem-se revelado um desafio, em parte devido à desvalorização do escudo em relação ao dólar americano, embora também reflita a necessidade de apoiar o Setor Empresarial do Estado (SEE) gerador de perdas.

No final de 2016 a dívida pública representava 130% do PIB e para 2018 as estimativas apontam para a subida do endividamento público para 132% (INE, 2017).

Estes valores estão muito acima dos 60% fixados no âmbito do tratado cambial com a União Europeia. Impõe-se, portanto, a necessidade de uma gestão prudente da dívida externa, nomeadamente na realização de investimentos públicos, de modo a se regressar a uma zona de maior sustentabilidade. É preciso também manter a dívida interna sob controlo, dada a necessidade de proteger a paridade cambial e isso implica nomeadamente, disciplina orçamental e reestruturação das empresas de capitais públicos.

Segundo o Ministro das Finanças de Cabo Verde, Dr. Olavo Correia, citado pelo jornal A Nação (2018), o Governo está a tomar medidas no sentido de controlar o aumento

da dívida pública designadamente, reestruturar as empresas públicas, eliminar o risco fiscal que vem desse setor mas, sobretudo, trabalhar para uma trajetória de médio prazo que possa permitir uma redução do *stock* da dívida pública em percentagem do PIB.

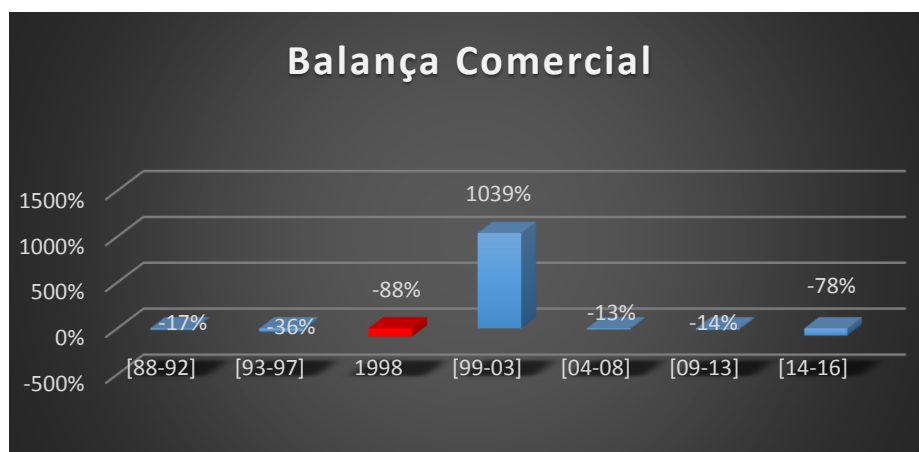
5.2.4 Balança de Pagamentos de Cabo Verde

Cabo Verde sempre trabalhou com défice orçamental devido à necessidade de importação de 85% dos alimentos, manufaturas, combustíveis e outros bens necessários ao consumo. Um conjunto de características próprias de pequenas economias insulares leva a que Cabo Verde se depare com alguns problemas, entre eles a grande dependência dos recursos exteriores e o consequente défice na balança de pagamentos.

Depreende-se do acima exposto que para uma economia como a de Cabo Verde, o problema do défice da balança de pagamento é uma realidade presente e de difícil gestão.

O Gráfico 8 mostra a evolução média da Balança Comercial em ciclos temporais.

Gráfico 8 - Evolução média da Balança Comercial nas séries estipuladas



Fontes: (World Bank). <https://data.worldbank.org/indicator/NE.EXP.GNFS.CD?view=chart> (Exportação) e <https://data.worldbank.org/indicator/BM.GSR.GNFS.CD?view=chart> (Importação).

Constata-se que, de 1988 a 1992 a Balança Comercial de Cabo Verde teve um decréscimo médio de 17%. Em relação à segunda série temporal (1993-1997), observa-se que a BC sofreu um decréscimo de cerca de 36% em relação à serie anterior.

Na terceira barra do gráfico que representa o ano de referência (1998), pode-se observar que a Balança Comercial de Cabo Verde atingiu uma diminuição de 88% em relação à segunda serie temporal.

Ao se observar a quarta barra do gráfico, que representa a quarta série temporal (1999-2003), regista-se um aumento gigantesco de 1039%, em relação ao ano de referência (1998).

De 2004 a 2008, a Balança Comercial sofreu uma queda de cerca de 13% em relação à quarta série.

Entre 2009 e 2013, a Balança Comercial cifrou um decréscimo de 14% em relação à série antecedente. Por fim, na série temporal que vai de 2014 a 2016, a Balança Comercial obteve um decréscimo de 78% em relação ao período anterior.

A partir da década de 90, as exportações de mercadorias aumentaram, mas as importações cresceram ainda mais e por volta de 1995 o défice comercial atingiu o seu recorde da década, representando cerca de 40% do PIB, o que levou o Governo a introduzir algumas restrições de importação e tarifas sobre determinados produtos não-essenciais (Banco Mundial, 2004).

Cabo Verde importa quase tudo do exterior, sendo o continente europeu, com Portugal e Espanha à cabeça, o seu principal fornecedor, com 78,8% do montante total das importações. O continente asiático vem em segundo lugar com 10%, onde se destaca a China com 5,4 %. O continente americano fornece 5,4% com destaque para o Brasil com 3% e os Estados Unidos da América com 1,3%. A África fica pelos 1,3%, com realce para o Senegal, país geograficamente mais próximo de Cabo Verde, com 1,1%.

Em relação à exportação, e segundo dados do Instituto Nacional de Estatística do ano 2017, os países europeus da zona euro são os que importam mais produtos cabo-verdianos (96,2%), com Espanha a liderar o ranking, seguida de Portugal. Os Estados Unidos da América vêm a seguir com 2,3% e por fim, países asiáticos com 0,8% e africanos com 0,6%.

CAPÍTULO VI – ANÁLISE COMPARATIVA DOS DADOS

6.1 Análise Descritiva da Amostra

Como forma de se realizar a análise descritiva da amostra, estipulou-se o valor médio, o valor mínimo e o valor máximo de cada variável entre 1988 e 2016 e, estes dados, podem ser observados no Tabela 6.

Tabela 6 - Estatísticas descritivas das variáveis do estudo, no período 1988-2016 (USD)

Estatística	PIB	PIB Per Capita	Investimento Direto Estrangeiro	Divida Publica	Balança Comercial
Mínimo	227 237 629,2 - 1989	678 - 1989	147.858,86 - 1989	25.517.139 840,35 - 1993	-12 196 048 659,31 - 2013
Máximo	1.584.447.780,2 - 2011	3.119 - 2011	179.194.319,59 - 2008	70 772 992 576,61 - 2013	-57 016 967 726,83 - 1990
Média	812.881.019,7	1.721,8	54.782.680,09	35.373.078.367,28	-31.890.390.148,14

Fonte: Elaboração própria.

6.2 Análise dos Dados

Quando se analisa, comparativamente, os dados macroeconómicos de Cabo Verde, antes e depois do Acordo de Cooperação Cambial, constata-se que:

6.2.1 PIB

Cabo Verde conseguiu um elevado grau de convergência real com Portugal e com a Europa quer nos ciclos como, também, no crescimento do nível de vida real médio. A taxa de câmbio manteve-se estável e Cabo Verde conseguiu, com maior ou menor dificuldade, resistir aos choques externos.

Mesmo com a crise de 2008, Cabo Verde conseguiu manter os seus níveis de crescimento económico.

6.2.2 IDE

O IDE tem tido um papel importante no desenvolvimento de Cabo Verde. De realçar que a partir de 2005, o défice corrente passou a ser coberto por Investimento Direto Estrangeiro, o qual tem assegurado uma fatia crescente do investimento em Cabo Verde e tem constituído no principal motor da economia.

6.2.3 Dívida Pública

As políticas macroeconómicas domésticas foram conduzidas de forma globalmente consistente com o ACC. A lei de enquadramento orçamental de 1998 e a lei orgânica do BCV de 2002, pretenderam sinalizar um regime próximo de regime da Zona Euro.

A política orçamental foi, crescentemente, cautelosa e o financiamento público mais baseado no mercado de títulos.

Constitui, no entanto, uma preocupação o fato de se ter ultrapassado os 60% previstos nos critérios de Maastricht.

6.2.4 Balança de Pagamentos

O ACC aprofundou a abertura da economia de Cabo Verde e as suas relações com Portugal e com a Europa, com impactos positivos na especialização produtiva e de comércio externo do país, bem como na estrutura da sua Balança de Pagamentos.

Depois dos desequilíbrios orçamentais, financeiros e nas contas externas (1999-2000), seguiu-se um período de recuperação (2001-2004) devido, não só, a apoios internacionais mas, também, à medidas internas que foram promovidas.

O notável desenvolvimento recente do setor dos serviços turísticos e da construção imobiliária assegurou uma maior cobertura das importações pelas exportações de bens e serviços, apesar do défice crónico que decorre das características estruturais do país.

6.2.5 Remessas dos Emigrantes

Não obstante, pontualmente, algumas desacelerações das remessas dos emigrantes, estas, contribuíram para mitigar o défice da Balança corrente.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

O estudo e a análise do Acordo de Cooperação Cambial entre Cabo Verde e Portugal permitiu, o autor, ter um conhecimento mais aprofundado sobre a matéria e sua importância no desenvolvimento de Cabo Verde, quer do ponto de vista social como do ponto de vista económico cumprindo, assim, um dos objetivos deste estudo.

Após a análise dos dados e discussão sobre o tema proposto, a pergunta de partida “Qual é o impacto do Acordo de Cooperação Cambial na economia de Cabo Verde”, mereceu a seguinte resposta: a implementação do ACC foi uma grande iniciativa, constituindo-se num fator estruturante de credibilidade e de confiança na economia cabo-verdiana. O Acordo de Cooperação Cambial deu um importante contributo na abertura da economia cabo-verdiana ao exterior, bem como na promoção da sua liberalização e modernização.

Com efeito, uma economia pequena como é a de Cabo Verde, precisa estar inserida em espaços económicos dinâmicos, sendo que a Zona Euro é um desses espaços. O fato do país estar obrigado a manter a convergência dos níveis de inflação em valores próximos das que prevalecem na Zona Euro durante o tempo em que vigora o Acordo promoveu, ainda, mais a estabilidade microeconómica do arquipélago.

Compreende-se, assim, como é que Cabo Verde, detentor de uma pequena economia, aberta e muito dependente do exterior conseguiu impor-se diante de economias aparentemente mais promissoras e robustas.

O impacto do ACC na economia cabo-verdiana é muito positivo e traduz-se em resultados, também, positivos, designadamente nos indicadores macroeconómicos de impacto, como são o PIB, o IDE, a DP e a BP. Existe um bom nível de reservas cambiais e disciplina orçamental, há estabilidade social e política, bem como compromisso das autoridades com a defesa da estabilidade cambial, independentemente do partido que estiver no poder.

A nível dos objetivos secundários, também foram todos conseguidos.

Tendo em conta o desempenho económico de Cabo Verde nos últimos anos, a evidente adesão dos agentes económicos ao ACC, bem como o consenso político no país, é de se esperar que se mantenha esta forte ligação ao Euro e que continue a promover a economia cabo-verdiana.

Contudo, aspira-se a uma maior promoção da convergência das políticas económicas do país uma renovação e aprofundamento do Acordo de Cooperação Cambial,

promovendo ainda mais a convergência das políticas económicas do país ao espaço da Zona Euro. Entretanto, havendo outras hipóteses que podem ser exploradas, o país é soberano para fazer as suas opções cambiais.

Como se pode constatar, antes do ACC, os laços económicos entre Cabo Verde, Portugal e toda a Zona Euro já eram muito significativos, nomeadamente nas importações e exportações de bens e serviços, incluindo o turismo, nas remessas dos emigrantes, na ajuda pública ao desenvolvimento, no investimento estrangeiro, entre outros itens. Entretanto, com o referido Acordo, houve uma intensificação desse relacionamento.

O interesse na manutenção do ACC é mútuo, pois se por um lado já se identificou as vantagens desse Acordo para o lado de Cabo Verde, para o lado da Zona Euro há também interesse em manter o relacionamento, nomeadamente nas trocas comerciais onde tem uma posição favorável, para salvaguardar os investimentos realizados sobretudo na área do turismo, entre outros aspetos.

A opção de Cabo Verde pela Zona Euro, em vez de outra zona económica parece ser evidente, tendo em conta o acordo que já existia com Portugal, a dinâmica do comércio internacional, do investimento direto estrangeiro existente no país e da economia geográfica em Cabo Verde. Com efeito, cerca de 80% das relações comerciais de Cabo Verde são com o espaço europeu, os investimentos, nomeadamente na área do turismo também têm origem na Europa.

O euro é a segunda moeda em circulação em Cabo Verde, ainda que de forma informal. Nas ilhas predominantemente turísticas, nomeadamente o Sal e a Boavista, entrou de forma generalizada no circuito comercial, isto é, nas lojas, *boutiques*, minimercados, restaurantes e bares, serviços de táxi, etc., o cliente pode pagar e receber o troco em escudo ou em euro, indiscriminadamente. Em muitos serviços, tais como nos restaurantes, as ementas e faturas apresentam o preço nas duas moedas.

O euro atinge uma média de 30% da faturação diária, porém, nos pontos mais turístico, como é o caso de Santa Maria na ilha do Sal, a movimentação da moeda europeia chega a atingir os 87%. Normalmente aceita-se as moedas ao câmbio de 1 euro por 100\$00, talvez para facilitar o troco, porque as notas já são ao câmbio de 110\$00/euro.

Esta constatação reflete o desenvolvimento turístico e a grande movimentação de estrangeiros nas ilhas, designadamente europeus da zona euro, o que provoca uma grande movimentação desta moeda no país.

Apesar desta circulação normal do euro e da facilidade do seu câmbio, os bancos continuam a seguir todas as normas impostas pelo Banco de Cabo Verde nas operações de moeda estrangeira, isto é, pela taxa de câmbio um euro equivale a 110,265 escudos para a compra e para a venda, e todos, comerciantes, empresários e clientes devem seguir na íntegra as regras de câmbio.

Em relação a política cambial prosseguida por Cabo Verde, ela está definida pelo *peg* do escudo cabo-verdiano ao escudo português por via do Acordo de Cooperação Cambial assinado entre os dois países em 1998 e transferido para o euro após a entrada desta moeda em 2002.

Esta foi, sem dúvida, uma das medidas que contribuiu para a estabilidade monetária cabo-verdiana. E, relativamente à essa medida, vale destacar os ganhos conseguidos e focar menos na perda de alguma autonomia em relação à definição da política monetária. Ao estar obrigado a cumprir determinados critérios, os responsáveis pela execução da política monetária sentir-se-ão inibidos relativamente às posições eleitoralistas, ou atos de corrupção, etc.

Recomendações

Apesar do crescimento verificado por Cabo Verde, o país continua vulnerável aos acontecimentos globais, devido a sua pequena economia aberta. A eliminação da pobreza deve ser a sua primeira prioridade.

Dada a taxa de câmbio fixa com o euro, será crucial para o país reconstituir reservas orçamentais com vista a absorver choques futuros.

A diversificação dentro e para além do turismo, assim como mercados de trabalho mais flexíveis, pode ajudar a absorver os choques externos.

Trabalhos Futuros

Como proposta para trabalhos futuros, sugere-se o estudo do Acordo de Cooperação Cambial para além da cooperação económica, talvez numa dissertação de mestrado, onde se poderá aventar a possibilidade da dupla circulação monetária em Cabo Verde.

Uma outra sugestão seria o estudo, em termos operacionais, da possibilidade de se adotar o euro (euroização) como moeda nacional cabo-verdiana e qual seria o seu impacto na economia nacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Adami, A. (sem data). Produto Interno Bruto. Disponível em: <https://www.infoescola.com/economia/produto-interno-bruto/>. Acedido em: 20/03/2018.
- Amal, M., Seabra, F. (2007). Determinante do Investimento Direto Externo (IDE) na América Latina: Uma Perspetiva Institucional. Santa Catarina.
- Araújo, F. (2005). Introdução à Economia 3ª Edição. Lisboa.
- Banco de Cabo Verde - Relatório Anual de 2015 (2016). Relatório do Conselho de Administração. Relatório e Contas de 2015.
- Banco de Cabo Verde - Relatório Anual de 2011 (2012). Relatório do Conselho de Administração. Relatório e Contas de 2011.
- Banco de Cabo Verde - Relatório Anual de 2012 (2013). Relatório do Conselho de Administração. Relatório e Contas de 2012.
- Banco de Cabo Verde - Relatório Anual de 2016 (2017). Relatório do Conselho de Administração. Relatório e Contas de 2016.
- Banco de Cabo Verde - Relatório Anual de 2013 (2014). Relatório do Conselho de Administração. Relatório e Contas de 2013.
- Bonaglia, F., Goldstein, A., (2006). Globalização e Desenvolvimento. Editorial Presença.
- Brito, J.A.F. (2014). Diagnóstico do Crescimento da Economia Cabo-verdiana. MPRA, n° 63407, UTC.
- Câmara de Comércio, Indústria e Turismo Portugal-Cabo Verde (2016). Investimento Direto Estrangeiro. Disponível em: «http://www.portugalcaboverde.com/item2_detail.php?id=270&lang=0&id_chan.» [Consultado em: 18/04/2018].
- Carreira, A. (1993). Migrações nas Ilhas de Cabo Verde, Instituto Cabo-verdiano do Livro, Praia.
- Comissão Europeia (2017). Critérios de convergência para a adesão ao euro.
- Crespo, N., Fontoura, M.P. (2006). 30 Anos de Investigação sobre Externalidades do IDE para as Empresas Domésticas. Que conclusões? Lisboa.
- Diagnostic Trade Integration Study (2007). Banco Mundial.

- Esteves, J. (2015). História da Moeda em Cabo Verde – Do início do povoamento à actualidade. Banco de Cabo Verde.
- Francisco, W.C. (2016). Definição de Renda *Per Capita*. Mundo Educação.
- Frankel, J. (1999). “No Single Currency Regime is Right for all Countries or at all Times”. NBER *Working Paper* 7338.
- Fundo Monetário Internacional – FMI (1998). Report on the Survey of Implementation of Methodology Standards for Direct Investment. Statistic Department. DAFIE (99) 14.
- Graça, A. (2014), Introdução à Investigação Científica, Edição da Universidade do Mindelo, São Vicente, Cabo Verde.
- Instituto Nacional de Estatísticas, INE (2016). Projeções Demográficas de Cabo Verde 2010-2030. Disponível em: [«http://ine.cv/wp-content/uploads/2016/10/Retro-Projeccao-2000-2010eProjeccoesDemograficasCABOVERDE_2010-2030.pdf»](http://ine.cv/wp-content/uploads/2016/10/Retro-Projeccao-2000-2010eProjeccoesDemograficasCABOVERDE_2010-2030.pdf); [Consultado em 25 de abril de 2018].
- Instituto Nacional de Estatística, INE (2017). Anuário Estatístico 2016.
- Kenen, P.B. (1998). Economia Internacional – Teoria e Política. 3. ed. Rio de Janeiro: Campus.
- Lehmann, A.T.T. (2007). Importância da Credibilidade e da Transparência na Atracção do IDE, Conferência “Ética e Transparência nos Sistemas Financeiro e Empresarial”, promovida pelo BCV, Praia.
- Livramento, J.L. (2013). Cabo Verde, de uma economia de renda para um modelo de economia sustentável, Edições Almedia, Coimbra, Portugal.
- Mankiw, N.G. (2016). Introdução à Economia. 6ª Edição. São Paulo: Cengage Learning.
- Manzi, R.H.D. (2014). Os critérios de convergência de Maastricht e as instabilidades macroeconómicas na formação da crise económica e financeira nos GIPS. Publicação da Associação Brasileira de Relações Internacionais.
- Martins, M., Loureiro, J., Ribeiro, A.P. (2008). Avaliação do Acordo de Cooperação Cambial Cabo Verde – Portugal. CEMPRE, Faculdade de Economia, Universidade do Porto.
- Medeiros, E.R. (2003). Economia Internacional, 7ª Edição (revista e Ampliada)

- Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa, Dezembro de 2003.
- Morreira, S., Perreira, R. (2007). Investimento Directo Português nos PALOP. Lisboa.
 - Nascimento, L. (2008). Investimento Direto Estrangeiro em Cabo Verde. Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Gestão de Empresas. Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.
 - Nunes, P. (2016). Indicadores Económicos e Financeiros. Disponível em: «<http://knoow.net/cienceconempr/gestao/indicadores-economicos-financeiros/>». [Consultado em 27 de abril de 2018].
 - Oatley, T. (2012). Política Económica Internacional.
 - Lima, V., Oliveira, E. (2016). Revisão Histórica do Sistema Monetário Internacional, XV SEPA – Seminário Estudantil de Produção Académica, UNIFACS.
 - Oliveira, et al. (2013). Política Monetária Em Cabo Verde e Mudanças Macroeconômicas: Evidências Empíricas;
 - Parlamento Europeu (2018). Os Tratados de Maastricht e de Amsterdão. Fichas técnicas sobre a União Europeia;
 - Pena, R. (2018). "PIB - Produto Interno Bruto"; *Brasil Escola*. Disponível em: «<https://brasilecola.uol.com.br/economia/pib.htm>». [Consultado em 19 de março de 2018];
 - Plataforma Tecnológica da Macaronésia (2015). Macaronésia, as ilhas afortunadas; Disponível em: «<https://ptmac.webs.ull.es.pt-pt/blog/2015/08/03/macaronesia-as-ilhas-afortunadas/>». [Consultado em: 07 de maio de 2018 às 18:18];
 - Relatório DTIS (2007). Inserção de Cabo Verde na Economia Mundial, (DTIS);
 - Ribeiro, P. (2018). A Relevância da Alteração do Regime Cambial em Cabo Verde;
 - Samuelson, P., Nordhaus, W. (2004). Economia. Editorial Mcgrawhill;
 - Santiago, E. (2008). Balança de Pagamentos, Infoescola;
 - Silva, F. (1987). Finanças Públicas. São Paulo. Atlas;
 - Silva, R.C.R.C. (2011). Direito d União Europeia. “As Origens da União Europeia”. Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa. Lisboa;
 - Sousa, D.P. (1992). Finanças Públicas. Lisboa;
 - Trading Economics - Taxa de Crescimento Anual (2018). Disponível em:

«<https://pt.tradingeconomics.com/cape-verde/gdp-growth-annual>»; [Consultado em 25 de abril de 2018];

- Trading Economics (2018). PIB. Disponível em: «<https://pt.tradingeconomics.com/cape-verde/gdp>»; [Consultado em 25 de abril de 2018];
- United Nations Conference on Trade and Development – UNCTAD (2010). Ajuda Pública ao Desenvolvimento. Disponível em: «<http://www.un.cv/ajuda.php>». [Consultado em: 09 de maio de 2018 às 16:52];
- Varela, D.T.G. (2010). A Paridade Cambial e as suas Vantagens para a Economia de Cabo Verde, Praia, Cabo Verde.

ANEXOS

Anexo A – Valores médios do PIB

Intervalo	Valor
[83-87]	166.825.567,89 USD
[88-92]	348.349.010,79 USD
[93-97]	481.645.586,72 USD
1998	521.910.560,52 USD
[99-03]	625.921.370,88 USD
[04-08]	1.261.490.885,66 USD
[09-13]	1.768.758.381,79 USD
[14-16]	1.683.292.608,91 USD

Anexo B – Valores médios do PIB *Per Capita*

Intervalo	Valor
[83-87]	527,97 USD
[88-92]	986,63 USD
[93-97]	1.207,12 USD
1998	1.250,62 USD
[99-03]	1.408,08 USD
[04-08]	2.616,01 USD
[09-13]	3.479,02 USD
[14-16]	3.160,50 USD

Anexo C – Valores médios do IDE

Intervalo	Valor
[83-87]	1.388.703,21 USD
[88-92]	1.253.099,72 USD
[93-97]	15.490.705,05 USD
1998	9.039.816,28 USD
[99-03]	30.101.308,32 USD
[04-08]	136.471.966,32 USD
[09-13]	112.351.581,36 USD
[14-16]	130.294.952,40 USD

Anexo D – Valores médios da Balança Comercial

Intervalo	Valor
[83-87]	-58.123.126.604,70 USD
[88-92]	-48.215.557.332,10 USD
[93-97]	-30.905.789.209,55 USD
1998	-3.628.910.800,03 USD
[99-03]	-41.323.796.563,26 USD
[04-08]	-35.817.170.712,12 USD
[09-13]	-30.789.414.484,12 USD
[14-16]	-6.774.770.177,59 USD

Anexo E – Valores médios da Dívida Pública

Intervalo	Valor
[83-87]	49.287.245.240,70 USD
[88-92]	32.471.272.359,07 USD
[93-97]	35.029.390.836,49 USD
1998	47.785.671.896,45 USD
[99-03]	59.686.199.016,62 USD
[04-08]	36.084.803.671,13 USD
[09-13]	63.030.253.939,72 USD
[14-16]	9.639.871.839,98 USD

APÊNDICE

Apêndice A – Questionário para definir as Variáveis Independentes

Bom dia

Estou a realizar um trabalho sobre o impacto do Acordo de Cooperação Cambial (ACC) na economia de Cabo Verde, e nesse sentido agradecia a sua participação no estudo, respondendo a seguinte questão determinante na avaliação da economia de Cabo Verde.

Diga-me, por favor, na sua opinião, quais são as variáveis macroeconómicas constantes da lista abaixo indicada, que mais impacto têm na economia de Cabo Verde.

Variáveis Independentes	Pronunciamentos Favoráveis	Pronunciamentos Contra	Total
Balança Comercial			
Balança de Pagamentos			
Coeficiente de Gini			
Custo Unitário Básico			
Desemprego			
Desenvolvimento Urbano			
Distribuição de Riqueza			
Dívida Pública			
Índice de Desenvolvimento Social			
Índice de Preços			
Investimento Direto Estrangeiro			
Produto Interno Bruto			
Produto Nacional Bruto			
Desemprego			
Outros			
Total			